São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Sábado, 25, Domingo, 26 e Segunda-feira, 27 de março de 2023 | Edição N º 760

datamercantil.com.br

Haddad diz que área técnica 'já fechou' desenho de nova regra fiscal

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na sexta-feira (24) que a área técnica do governo já concluiu o desenho da proposta de nova regra fiscal a ser apresentada ao Congresso Nacional.

Segundo ele, é possível que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresente novos questionamentos até dar a palavra final, mas, no âmbito da discussão técnica, os termos do projeto já estão fechados.

"A área técnica fechou. Está tudo em ordem", disse Haddad a jornalistas, após participar de reunião com Lula, ministros e lideranças do governo no Palácio da Alvorada.

"Agora vamos voltar para o presidente com as respostas às perguntas que ele fez, e só marcar a data [do anúncio]", afirmou.

Há uma expectativa de que a nova regra seja anunciada após a viagem do presidente e de ministros à China. Lula iria embarcar neste sábado (25), mas adiou a partida para domingo (26) após ser diagnosticado com uma pneumonia leve. A comitiva deve retornar ao Brasil em 1º de abril.

O ministro da Fazenda, porém, não descartou a possibilidade de o presidente levantar novos pontos a serem tratados pela área técnica.

"A palavra final é sempre do presidente. Até ser anunciado, a palavra final é sempre dele. Ele pode fazer novas perguntas. Mas as que foram feitas na reunião de sexta anterior (17) já estão elucidadas", disse.

"Foi bem tranquila a reunião técnica. A gente vai fazer uma devolutiva pra ele [Lula], e a gente espera aí nos próximos dias voltar a ele para saber se há outras dúvidas que ele possa considerar. Mas até aqui está tudo bem", afirmou.

Na semana passada, tanto Haddad quanto Lula afirmaram que o intuito era anunciar a proposta antes da viagem à China.

Idiana Tomazelli/Folhapress

Economia

Selic em 13,75% impacta o número de lançamentos no mercado imobiliário

Página - 03

Prévia da inflação oficial cai para 0,69% em março

Página - 03

Fusão Credit Suisse-UBS: solução ou agravamento?

Página - 16

CRM&Bonus compra Becon para trocar SMS por WhatsApp

Página - 16

Política

Lira diz faltar coerência a Pacheco em MPs de Bolsonaro e Lula e pede sessão do Congresso

Página - 15

Aliados de Tarcísio vencem 'batalha' das CPIs da Alesp após confusão e fila de 3 dias

Página - 15

25, 26 e 27.03.23.indd 1 24/03/2023 22:17:52

No Mundo

Guerra da Ucrânia faz Rússia atrasar entrega de armas à Índia

A Índia, maior compradora de armas da Rússia, revelou pela primeira vez de forma objetiva o impacto da Guerra da Ucrânia sobre a capacidade da indústria de defesa do país de Vladimir Putin.

Diferentemente de fontes das estimativas ocidentais, que sempre misturam chutes calibrados com viés de propaganda, Nova Déli é praticamente uma aliada russa. Não condenou a invasão da Ucrânia nas duas oportunidades em que a ONU debateu o tema e amplificou o comércio com Moscou desde o início da guerra.Isso torna o relatório entregue pela Força Aérea da Índia ao Congresso do país, em sessão na terça (21), ainda mais relevante. Segundo ele, os russos informaram não serem capazes de fazer entregas "de um grande projeto" e também de peças regulares de manutenção de aviões seus operados por Nova Déli.

Ato contínuo, a Força decidiu cortar em cerca de 30% os R$ 54 bilhões destinados para armamentos russos no ano fiscal de 2024, que começa em 1º de abril e vai até 31 de março do ano que vem, o maior corte da história recente.Segundo a reportagem ouviu de dois analistas militares russos em anonimato e a imprensa indiana publicou, citando fontes na Defesa do país, o "grande projeto" é a entrega de cinco baterias completas do sistema antiaéreo S-400.

Elas foram compradas em 2018 por US$ 5,4 bilhões (R$ 28,6 bilhões hoje). Três já foram entregues e estão operacionais nas fronteiras indianas, e as restantes seriam entregues este ano e em 2024. Seriam, diz a Aeronáutica local.A reportagem buscou contato com a Rosoboronexport, o conglomerado estatal de exportação de armas russas, mas não obteve resposta.

"Eles [os russos] disseram por escrito que não conseguirão entregar", afirmou um representante da Força Aérea cujo nome não foi revelado. "Por causa da Guerra da Ucrânia, tiramos esse componente [do orçamento]", afirmou.

Igor Gielow/Folhapress

Suécia enfrenta inflação, pobreza e desigualdade social

O fino gelo da vida moderna está começando a rachar sob os pés dos suecos. Sempre lembrada como exemplo de igualdade social e bem-estar de seus cidadãos, a Suécia enfrenta hoje a dura realidade da inflação e, ainda pior, uma expansão de uma classe pobre que já chega a 15% da população.

Fevereiro fechou com uma inflação mensal de 1,1%, a mesma do Reino Unido, um espanto para a nação que sempre se orgulhou da estabilidade econômica. É um índice que tem sido estável, pois, em relação aos 12 meses anteriores, a inflação está em 12%.

"A inflação não era tão alta aqui desde o final da década de 1980", afirma à Folha a especialista em macroeconomia, política monetária e finanças internacionais Annika Alexius, professora do departamento de Economia Nacional da Universidade de Estocolmo.

Mas, conforme a economista, esses 12% no ano não refletem a verdade das ruas da capital sueca. "Dado que os preços dos alimentos e os custos da habitação aumentaram mais do que a inflação em geral, as famílias que já eram pobres estão realmente lutando", diz.

"Vemos que as crianças comem muito mais a merenda escolar gratuita do que antes. É um sinal de que uma parte considerável das famílias tem problemas para fornecer uma boa alimentação para seus filhos." De fato, a alta detectada pelo site Trading Economics no que diz respeito aos alimentos na Suécia foi de 20,95% nos últimos 12 meses, uma marca sem precedentes desde os anos 1950.

Ivan Finotti/Folhapress

Envolvimento de Netanyahu em reforma judicial de Israel é ilegal, diz procuradora

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, desobedeceu a lei ao se comprometer a atuar diretamente na polêmica reforma judicial promovida por seu governo. A acusação é da procuradora-geral Gali Baharav-Miara, que advertiu o premiê em carta divulgada na sexta-feira (24), aprofundando a crise institucional no país.

Em um aguardado discurso na véspera, Netanyahu defendeu o pacote de leis apresentado por sua coalizão governista, ecoando correligionários ao afirmar que a Suprema Corte tem poder em excesso e rege o país na prática.

Contrariando a expectativa de que recuasse da reforma, considerada uma ameaça à independência do Judiciário do país, disse ainda que pretende aprovar alguns de seus principais pontos já na próxima semana. "Basta. Para o bem de nossa nação, farei o que for necessário para chegar a uma resolução", afirmou no pronunciamento televisionado.Para a Procuradoria-Geral, ao menos um dos projetos de lei que constituem a reforma judicial em discussão no Parlamento se encaixa nessa definição. A proposta prevê que o governo tenha poder quase absoluto sobre a indicação de juízes, inclusive para a Suprema Corte, mudança que poderia afetar futuras apelações do premiê nos julgamentos hoje em curso.

Foi esse projeto, aliás, que a Baharav-Miara se referiu na carta ao premiê. "A situação legal é clara: você precisa se abster de qualquer envolvimento em iniciativas para mudar o Judiciário. Sua declaração de ontem à noite e quaisquer ações futuras que violem esse acordo são absolutamente ilegais e constituem conflito de interesses", escreveu ela.

A procuradora-geral ainda acrescentou que uma lei aprovada no dia anterior não afetava o acordo do primeiro-ministro com o tribunal.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da* abra legal

Selic em 13,75% impacta o número de lançamentos no mercado imobiliário

O número de empreendimentos lançados em São Paulo caiu em 2022 na comparação com 2020 e 2021 -dois anos históricos para o setor.

Segundo pesquisa da Brain Inteligência Estratégica, as novas construções até novembro do ano passado chegaram a 1.855 unidades. Em 2021, por exemplo, os lançamentos por trimestre chegaram a mais de 4.300 unidades.

Outro panorama da consultoria mostra que, em janeiro deste ano, foram lançados 12 empreendimentos residenciais, totalizando 1.894 unidades em São Paulo. O padrão com maior disponibilidade foi o de superluxo, seguido pelo médio. Os imóveis de um dormitório têm a menor disponibilidade.

O recuo indica um movimento em busca de equilíbrio do mercado, após dois anos de recordes de vendas, e a preocupação com o cenário econômico brasileiro, afirma Fábio Tadeu Araújo, sócio dirigente da Brain Inteligência Estratégica.

De acordo com Araújo, a queda nos lançamentos nos últimos meses é diferente da registrada em outros momentos de alta demanda, em que as empresas compravam mais terrenos, levando a potencial excesso de oferta.

Desta vez, há cautela em aumentar o estoque. Até janeiro deste ano, segundo a consultoria, havia 2.838 unidades à venda na capital paulista, ante 3.518 em 2022 e 1.406, em 2021.

Pela análise da consultoria, enquanto em 2022 o número de lançamentos diminuiu por causa do receio de empresários com o cenário nacional, especialmente durante as eleições, neste ano é a taxa de juros que pesa na decisão dos empreendedores.

O especialista explica que a alta da Selic tem levado a saques recordes da poupança, diminuindo a oferta de crédito. Em janeiro deste ano, a retirada foi de R$ 33,631 bilhões, o maior saque líquido da série histórica do Banco Central, iniciada em 1995.

As fugas recordes de recursos da poupança pressionam os bancos a limitar o financiamento. "Esse encarecimento, de um lado, faz com que alguns incorporadores esperem um pouco mais para construir, e a outros, a procurar o mercado de capitais", diz o diretor da Brain Inteligência Estratégica.

Ana Paula Branco/Folhapress

Cerca de 80% dos reajustes salariais superaram a inflação em fevereiro

Em fevereiro, 80,4% dos reajustes salariais ficaram acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). É o que informa o boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), divulgado na sexta-feira (24), em São Paulo. Em fevereiro de 2022, essa mesma proporção era de 23,9%.

Em 10,6%% das negociações do segundo mês do ano, o reajuste ficou igual à inflação. Em 8,9% dos acordos, os trabalhadores tiveram perdas reais no salário. O piso mediano ficou em R$ 1.391,00.

A prévia de março aponta na mesma direção: 88,5% dos reajustes devem ficar acima do INPC. Até o fechamento do boletim, 52 instrumentos foram tabulados. A Fipe destaca que esses resultados preliminares estão sujeitos a flutuações amostrais e podem se alterar.

Metodologia

O acompanhamento das negociações coletivas é feito por meio de acordos e convenções registrados no Mediador do Ministério da Economia.

A Fipe coleta os dados e informações disponíveis no sistema, tabula e organiza os valores observados para 40 resultados da negociação coletiva, reunidos em acordos e convenções e também por atividade econômica e setores econômicos.

Flávia Albuquerque/ABR

Prévia da inflação oficial cai para 0,69% em março

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, registrou variação de 0,69% em março deste ano. A taxa é inferior ao 0,76% de fevereiro deste ano e ao 0,95% de março do ano passado.

Segundo os dados divulgados na sexta-feira (24) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA-15 acumula taxa de inflação de 2,01% no ano. Em 12 meses, a taxa acumulada é de 5,36%, abaixo dos 5,63% acumulados até fevereiro.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito tiveram alta de preços na prévia de março, com destaque para transportes, com taxa de inflação de 1,50%. O resultado foi influenciado, principalmente, pela alta de 5,76% da gasolina.

Depois dos transportes, os principais impactos vieram dos grupos saúde e cuidados pessoais (1,18%) e habitação (0,81%). No primeiro grupo, o principal impacto veio dos perfumes (5,88%), e em habitação, o maior responsável pela alta de preços foi a energia elétrica residencial (2,85%).

Alimentação e bebidas também registraram inflação (0,20%), mas com taxa menor que na prévia de fevereiro (0,39%). A queda do índice nesse grupo veio de itens como batata-inglesa (-13,14%), tomate (-6,34%), cebola (-12,13%), óleo de soja (-2,47%), contrafilé (-2,04%) e frango em pedaços (-1,94%).

Artigos de residência foi o único grupo de despesa com deflação (queda de preços): -0,18%. Os demais grupos tiveram as seguintes taxas de inflação na prévia de março: comunicação (0,75%), despesas pessoais (0,28%), vestuário (0,11%) e educação (0,08%).

Vitor Abdala/ABR

Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.

CNPJ nº 61.376.737/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo	NE	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.028	2.693
Contas a receber	5	-	323
Estoques	6	61	61
Tributos a recuperar	7	-	265
Outros créditos		2	3
		2.091	**3.345**
Não circulante			
Depósitos judiciais		49	49
Outros créditos		5	6
		54	**55**
Total do ativo		**2.145**	**3.400**

Passivo e patrimônio líquido	NE	2021	2020
Circulante			
Contas a pagar	8	87	91
Obrigações tributárias e trabalhistas	9	73	51
Dividendos a pagar		229	4
		389	**146**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	138	138
Provisão para demandas judiciais	11	5	87
		143	**225**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		3.276	3.276
Prejuízos acumulados		(1.663)	(247)
		1.613	**3.029**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.145**	**3.400**

Demonstrações dos resultados

	NE	2021	2020
Receita operacional líquida	13	352	87
Custo de locação	14	(61)	(45)
Lucro bruto		**291**	**42**
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas	15	(1.536)	(878)
Outras receitas		3	3
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(1.242)**	**(833)**
Despesas financeiras	16	(7)	(11)
Receitas financeiras	16	114	78
Resultado financeiro líquido		**107**	**67**
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		**(1.135)**	**(766)**
IRPJ	17	(39)	(18)
CSLL	17	(21)	(10)
Prejuízo do exercício		**(1.195)**	**(794)**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2021	2020
	(1.195)	**(794)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.195)**	**(794)**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2021	2020
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais	**(1.195)**	**(794)**
Reversão de provisão para demandas judiciais	(82)	-
PECLD	11	-
Rendimento de aplicações financ. não realizadas	4	26
Baixa de créditos tributários não recuperáveis	265	-
Depreciação e amortização	-	1
	(997)	**(767)**
(Aumento)/diminuição nos ativos operacionais		
Contas a receber	312	(263)
Tributos a recuperar	-	160
Outros créditos	2	4
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	(4)	33
Obrigações tributárias e trabalhistas	22	(14)
Caixa líquido proveniente/(consumido) nas atividades operacionais	**(665)**	**(847)**
Distribuição de lucros	-	(275)
Caixa líquido proveniente/(consumido) nas atividades de financiamentos	**-**	**(275)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(665)**	**(1.122)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.693	3.815
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.028	2.693
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(665)**	**(1.122)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2019	**3.276**	**399**	**397**	**-**	**4.072**
Distribuição de lucros	-	-	(275)	-	**(275)**
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	-	-	26	-	**26**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(794)	**(794)**
Absorção de prejuízos com reservas	-	(399)	(148)	547	**-**
Saldos em 31/12/2020	**3.276**	**-**	**-**	**(247)**	**3.029**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.195)	**(1.195)**
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	-	-	-	4	**4**
Distribuição de lucros	-	-	(225)	-	**(225)**
Absorção de prejuízos com reservas			225	(225)	**-**
Saldos em 31/12/2021	**3.276**	**-**	**-**	**(1.663)**	**1.613**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Cia Imobiliária Ibitirama ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto a realização de empreendimentos imobiliários, de obra de engenharia civil, a incorporação de imóveis, construção de edifícios e residências, por conta própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; compra, venda, administração e locação de bens móveis e imóveis próprios; e participação no capital de outras empresas. Entretanto, a sua principal atividade tem sido a realização de empreendimentos imobiliários, a compra e a venda de seu estoque de imóveis, sendo que nos últimos anos a Companhia vendeu a maior parte de seu estoque de imóveis. **2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76 e contemplando os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC n° 2016/NBCTG1000(R1). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 14/03/2023. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **(a) Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece os recebíveis, as aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **(c) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras referem-se aos recursos de caixa aplicados em instituições financeiras no Brasil, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Companhia. **(d) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e deduzidas das Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), quando aplicável. A PECLD é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Durante o exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não transacionou operações de contas a receber passíveis de ajuste a valor presente. **(e) Estoques:** Representam os ativos para negociação avaliados ao custo médio de aquisição ou de construção, que não excede o valor de mercado. A Companhia avalia em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, a Companhia não estima o seu valor recuperável. **(f) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição, fabricação ou construção, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por desvalorização acumuladas, se houver, incluindo o custo de reposição dos equipamentos, se satisfeitos os critérios de reconhecimento:

Descrição do bem	Taxa (%)
Móveis e Utensílios	10
Instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33
Computadores e periféricos	20
Outros imobilizados	10

O reconhecimento dos itens do imobilizado e de suas eventuais partes significativas reconhecidos inicialmente é baixado quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado quando da baixa do ativo. **(g) Fornecedores:** As contas a pagar fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo contabilizados de acordo com a competência e segregados entre passivo circulante e não circulante, de acordo com seu vencimento. **(h) Provisões: a) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **b) Provisões para riscos trabalhistas:** A Companhia não possui riscos trabalhistas com caso provável, por isso não há registro de contingências. **(I) Receita de locação:** As receitas de locação são provenientes de imóveis, reconhecidos na rubrica imóveis a comercializar, que ainda não foram vendidos, mas que estão auferindo receita, conforme Nota Explicativa nº 5, a saber: • Loja Barão de Jaguará - São Paulo - adquirido em julho de 1959 e atualmente alugado para uma pessoa física; e • Edifício Garage Cogeral - São Paulo - adquirida conjuntamente com o item acima em julho de 1959 e atualmente alugado para uma administradora de estacionamentos. **(j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias e juros passivos. **(k) Instrumentos Financeiros: Ativos e passivos financeiros: a) Ativos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa. **(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** É avaliado nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **b) Passivos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo ou como empréstimos e financiamentos. É determinada a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. **(ii) Desconhecimento (Baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **(iii) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(l) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas de prestação de serviços são apresentadas líquidas dos impostos, das devoluções, cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos incidentes sobre elas. As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado abrangente adotado. As despesas Contábeis incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida, os encargos financeiros sobre os impostos e despesas de juros sobre os arrendamentos financeiros, bem como ajustes referentes a descontos financeiros. As receitas Contábeis incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, os descontos em compras obtidos de fornecedores e ajustes referentes a descontos. **(m) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente são calculados pelo regime de lucro presumido considerando a presunção de 32% para a base de IRPJ e CSLL. O IRPJ é cálculo à alíquota de 15% sobre a base presumida, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240.000. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores mantidos como caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	2021	2020
Bancos	12	12
Aplicações financeiras	2.016	2.681
	2.028	**2.693**

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 100% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos com restrição trata-se de recebimentos de valores específicos para projetos financiados.

5. Contas a receber	2021	2020
Estacentro Estacionamento	-	324
Outros recebíveis	270	281
PECLD (a)	(270)	(282)
	-	323

(a) A avaliação para constituição da PECLD é realizada por cliente, levando-se em consideração as perspectivas futuras de realização dos títulos.

6. Estoques	2021	2020
Garage Cogeral l5	57	57
Loja Edifício Cogeral	4	4
	61	**61**

Os imóveis em 31/12/2021 encontram-se disponíveis para vendas. Até que a vendas dos imóveis sejam realizadas a Companhia irá auferir receita de aluguel.

7. Saldo negativo ou a compensar	2021	2020
IRPJ a recuperar	-	106
Imposto pago a maior ou indevidamente	-	34
Saldo Negativo de IRPJ – 2017	-	19
Saldo Negativo de IRPJ – 2018	-	51
Saldo Negativo de IRPJ – 2019	-	55
	-	**265**

8. Contas a pagar:	2021	2020
Pinheiro Neto Advogados	68	68
Fharos Serviços Administrativos	11	11
Cardillo & Prado Rossi Advogados	3	8
Sah Contábil	1	1
Outros	4	3
	87	**91**

9. Obrigações tributárias e trabalhistas:	2021	2020
COFINS a Recolher	1	1
IRRF a recolher PF	21	29
CSRF Retido a recolher	1	2
IRPJ a pagar	9	4
CSLL a pagar	11	7
Pró-labore a pagar	23	-
INSS a recolher	7	8
	73	**51**

10. Partes relacionadas: Em 31/12/2021 a Companhia possui o montante de R$ 138 mil, oriundo da redução de capital realizada no exercício de 2012. O valor é devido aos seguintes acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Em reais	2019	2018
Diana Shor malach	137	137
Alex Gliksman Goldstein	1	1
	138	**138**

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Pró-labore	391	391
	-	-

Não há outras operações com partes relacionadas.

11. Provisão para demandas judiciais:		
Natureza	**2020**	**2021**
Cíveis e tributárias	5	87
	5	**87**

Para as causas discutidas em juízo a Companhia depositou o montante de R$ 49 mil. A Companhia está sujeita a ações de nulidade de certas cláusulas contratuais em alguns contratos de venda de apartamentos. Foram constituídas provisões cíveis para fazer frente a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, além de provisões tributárias. Adicionalmente, o total de causas possíveis de perda cíveis é de R$ 66.732 mil e tributárias é de R$ 274 mil. **12. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social da Companhia é de R$ 3.726.331 (três milhões, setecentos e vinte e seis mil, trezentos e trinta e um reais), dividido em 4.300.000.000 (quatro bilhões e trezentos milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Sócios	Valor Nominal (R$)	%
Acionistas nacionais	2.031	62%
Acionistas estrangeiros	1.245	38%
	3.276	**100%**

(b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não foi constituída reserva legal no exercício em virtude de já ter sido atingido o limite comentado anteriormente. A Administração durante o exercício findo em 31/12/2021 aprovou a distribuição de R$ 225 por meio da reserva legal. **(c) Remuneração aos acionistas:** São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

13. Receitas operacionais:	2021	2020
Receita de aluguéis	370	93
Descontos	(5)	(3)
Impostos sobre locação	(13)	(3)
	352	**87**

14. Custos:	2021	2020
Seguros	(10)	(16)
Custo dos serviços prestados	(51)	(29)
	(61)	**(45)**

15. Despesas por natureza:	2021	2020
Honorários, Conselho e Diretoria	(391)	(391)
Prestadores de serviços	(678)	(136)
Honorários advocatícios	(35)	(21)
INSS	(78)	(78)
Outras perdas	(176)	(184)
Outros	(178)	(68)
	(1.536)	**(878)**

16. Resultado financeiro líquido:	2021	2020
Taxas, juros e comissões bancárias	(7)	(11)
Descontos obtidos	1	1
Rendimentos sobre aplicações financeiras	113	77
	107	**67**

17. IRPJ e CSLL - corrente: O IRPJ (IRPJ) e a CSLL sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício foram calculados conforme o regime de lucro presumido, a partir das receitas provenientes de venda de imóveis, aluguéis de imóveis e aplicações financeiras. O IRPJ é calculado pela alíquota de 15% sobre a base de cálculo presumida do imposto, acrescido de 10%, para a base de cálculo excedente a R$ 60.000,00 no trimestre, e a CSLL calculada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida do imposto.

	2021	2020
IRPJ		
Receita de serviços prestados	370	93
32% sobre receita de serviços prestados	118	30
Outras receitas	115	81
Base de cálculo	233	111
Imposto de Renda (15%)	35	17
Adicional IRPJ	4	1
Encargo do exercício	39	18
CSLL		
Receita de serviços prestados	370	93
32% sobre receita de serviços prestados	118	30
Outras receitas	115	81
Base de cálculo	233	111
CSLL (9%)	21	10
Encargo do exercício	21	10

21. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por eles, e em consonância com o CPC PME R1 na Seção 21 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Seção 29 Tributos sobre o lucro e na Seção 32 Evento Subsequente, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2021.

Diretoria

Renato Alois Andriani Grinberg - Diretor

Ivan Peder Alois Glucksman - Diretor

Contadora

Jeane Maria Araújo de Souza - CRC nº 1SP308277/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.** em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Ausência de recebimento de circularização de bancos:** Não obtivemos respostas às cartas de circularização enviadas às instituições financeiras que a Companhia tem relacionamento. Consequentemente, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre a totalidade das operações junto às instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021. **Limitação de análise sobre o saldo de depósitos judiciais:** Até a conclusão dos nossos exames não tivemos acesso a documentação suporte para teste de existência e exatidão do montante de R$ 49 mil, bem como não pudemos nos satisfazer por meio de outros procedimentos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de avaliar a existência e exatidão do referido saldo na data de 31/12/2021. **Distribuição de lucros através da reserva legal:** Durante o exercício de 2021, a Companhia realizou distribuição de lucros no montante de R$ 225 mil através da reserva legal. A Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 informa que a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A Empresa apresenta em 31/12/2021 prejuízo apurado no montante de R$ 1.195 mil (2020 – R$ 794 mil). Essa questão indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Empresa. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa e, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que, seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, do exercício findo em 31/12/2021, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por nós, com relatório de auditoria com opinião com ressalva referente à circularização bancos, realização dos impostos a recuperar, realização do contas a receber, limitação de análise dos depósitos

continuação ☛

Publicidade Legal

continuação

judiciais e distribuição de lucros através da reserva legal datado em 14/03/2023. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimeentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14/03/2023.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. CRC 2 SP 015165/0-8 — Andreia Gini de Souza Contador CRC 1 SP 270317/O-9

Mação Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 28.333.781/0001-55

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021

Balanços Patrimoniais

Ativo	2022	2021
Ativo circulante	**635.273**	**25.522**
Caixa e equivalente de caixa	635.158	25.522
Despesas antecipadas	114	-
Ativo não circulante	**5.442.902**	**5.006.581**
Empréstimos a terceiros	2.791.370	2.641.370
AFAC	126.500	57.200
Outras contas a receber	36.325	36.325
Investimentos	2.488.707	2.271.686
Total do ativo	6.078.175	**5.032.103**

Passivo	2022	2021
Passivo circulante	**662.107**	**821.626**
Fornecedores	450	-
Tributos a pagar	15.224	15.194
Outras contas a pagar	646.433	806.433
Passivo não circulante	**3.817.285**	**2.700.562**
Empréstimos	110.093	-
Outras contas a pagar	3.342.800	2.699.072
Dividendos a pagar	364.392	1.490
Patrimônio líquido	**1.598.784**	**1.509.914**
Capital social	1.130.845	1.130.845
Reservas	16.168	16.168
Lucros acumulados	-	35.184
Ajustes de exerc. anteriores	(16.697)	-
Lucro do exercício	468.468	327.717
Total do passivo e patrimônio líquido	6.078.175	**5.032.103**

Demonstrações dos Resultados

	2022	2021
Operações continuadas		
Despesas operacionais	**(62.460)**	**(98.215)**
Despesas gerais	(61.293)	(97.867)
Despesas fiscais	(1.167)	(347)
Resultado com equivalência	178.378	**183.347**
Equivalência patrimonial	**178.378**	183.347
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	115.918	**85.133**
Resultado financeiro	**414.643**	**315.655**
Despesas financeiras	(6.455)	(57.674)
Receitas financeiras	**181.097**	148.329
Lucro antes do IRPJ e CSLL	530.561	**400.788**
IRPJ e CSLL	(62.093)	**(58.578)**
IRPJ	**(39.304)**	(36.753)
CSLL	(22.789)	(21.826)
Lucro do exercício	**468.468**	**342.209**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2021	**1.130.845**	**16.168**	**362.901**	**1.509.914**
Dividendos a distribuir	-	-	(362.901)	(362.901)
Mudança de prática ou correção de erros	-	-	(16.697)	(16.697)
Lucro do exercício	-	-	468.468	468.468
Saldos em 31/12/2022	**1.130.845**	**16.168**	**451.771**	**1.598.784**

Diretoria

Armando Veríssimo
Sócio

Eduardo Qualio Ferreira Camargo
Contador - CRC nº 1-SP-223986/O-4

Data Mercantil

Faça um orçamento: comercial@datamercantil.com.br

Dia do Consumidor: PMEs faturam 31% a mais com e-commerce em 2023

Você fez compras no Dia do Consumidor? A data comemorada no dia 15 de março deu bons resultados para as pequenas e médias empresas. De acordo com o levantamento realizado pela Nuvemshop, os e-commerces da PMEs faturaram 31% a mais com vendas e ações promocionais no período neste ano. De 12 a 15 de março, os lojistas online alcançaram R$ 37,4 milhões em faturamento, enquanto em 2022 o faturamento chegou a R 28,5 milhões no mesmo período de quatro dias. Somente no dia 15, os empreendedores movimentaram R 11,7 milhões com vendas online, valor 19% superior ao do ano passado.“Mais uma vez o e-commerce mostrou sua força no varejo nacional, com margens de crescimento ano a ano relevantes. Além da importância significativa para o faturamento com ações promocionais em datas consolidadas no varejo, os lojistas devem aproveitar essas oportunidades para fidelizar os clientes que compraram pela promoção, aumentando as possibilidades de recompra”, diz Babi Tonhela, gerente sênior da escola de e-commerce da Nuvemshop.

Em relação aos meios de pagamento, o cartão de crédito continua sendo a opção mais utilizada: ele representou 53% das vendas de 12 a 15 de março, porém o PIX teve um aumento significativo na escolha dos consumidores, sendo utilizado em 34,5% das vendas no período, ante 13,5% em 2022. Com isso, o Pix é o segundo meio de pagamento mais utilizado em e-commerces de PMEs.Frete grátis e redes sociais são destaques da data.

Uma das estratégias mais utilizadas pelos empreendedores de todo o Brasil para impulsionar as vendas da loja virtual durante o Dia do Consumidor é oferecer frete grátis para os consumidores. Apenas no dia 15, 33% dos pedidos tiveram envio gratuito pelas PMEs, o que representa aumento em relação à mesma data em 2022, quando foram apenas 31% dos envios.

Além disso, a divulgação das lojas e produtos em redes sociais apoiaram as vendas no e-commerce.

Exame

Marmita em alta: 80 mil negócios abertos em 2022

O mercado de fornecimento de marmitas segue atraindo a atenção de interessados em ter um negócio próprio. De acordo com dados da Receita Federal, somente no ano passado, foram abertos quase 80 mil pequenos negócios no ramo, sendo a maioria deles microempreendedores individuais (MEI). Apesar de apresentar uma queda em relação a 2021, que contabilizou 112 mil novos registros, o número de atividades de fornecimento de marmitas ainda é superior ao registrado em 2019, no período pré-pandemia.

O analista de Competitividade do Sebrae Nacional Luiz Rebelatto considera que a pandemia da Covid-19 teve grande influência no crescimento da atividade, seja pelas mudanças no comportamento do consumidor, que recorreu ao delivery de comida, seja pelo movimento do empreendedor na pandemia.

“A elaboração de marmitas, que é considerada relativamente menos complexa e com a possibilidade de entrega na vizinhança, passou a ser vista como uma alternativa de renda ou complemento da atividade profissional diante da crise”, explica.

Segundo ele, o rápido crescimento na pandemia agora segue para uma reacomodação do mercado, tendo em vista também que o lockdown não ocorreu de forma homogênea no país.

“Não é todo mundo que vai permanecer no mercado. Uns começam e desistem, outras tentam e não conseguem. Então, esse movimento dos números é resultado do próprio comportamento da pandemia, com alguns atrasos a depender da localidade”, acrescenta.

Rebelatto avalia que o movimento do mercado das marmitas também sofreu com o impacto da inflação sobre o preço dos alimentos e do cenário internacional desfavorável devido à invasão da Ucrânia. “Esse elemento inflação teve uma participação especial sobre os alimentos. Não foi apenas um reflexo da pandemia, mas somou-se a isso, no ano passado, a guerra na Ucrânia, que é um grande produtor de alimentos e de fertilizantes utilizados na agricultura, o que acabou impactando o setor.”

ASN Nacional

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

CNPJ/MF nº 10.647.979/0001-48

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	162.492	91.601
Contas a receber	8	58.867	54.040
Tributos a recuperar	–	6.774	3.263
Imposto de renda e contribuição social	–	2.019	–
Despesas antecipadas	–	3.070	4.255
Outros ativos	–	1.611	1.942
		234.833	**155.101**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	8	5.915	4.668
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	109.801	142.539
Aplicações financeiras	7	199.207	106.690
Despesas antecipadas	–	388	867
Depósitos judiciais	10	94.097	72.717
Outros ativos		–	11
		409.408	**327.492**
Ativo de contrato	11	357.584	365.643
Imobilizado	12	2.785	1.606
Intangível	13	3.110.553	2.931.717
		3.470.922	**3.298.966**
Total do ativo		**4.115.163**	**3.781.559**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	14	191.778	233.794
Arrendamento mercantil operacional	16	10.958	4.521
Debêntures	15	229.785	110.649
Empréstimos	15 (d)	50.631	50.297
Salários e encargos sociais	18	11.552	9.666
Tributos a pagar	19	12.971	9.009
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar	22 (b)	34.540	–
Outros passivos	–	8.427	11.571
		550.643	**429.507**
Não circulante			
Debêntures	15	2.609.609	2.455.196
Arrendamento mercantil operacional	16	13.563	1.227
Fornecedores	14	31.590	26.216
Tributos a pagar	19	834	567
Provisão para demandas judiciais	20	28.383	19.872
Provisão de conserva especial	21	7.224	9.454
Outros passivos	–	355	326
		2.691.556	**2.512.858**
Patrimônio líquido			
Capital social	22 (a)	556.799	556.799
Reserva de capital	22 (c)	195.988	195.988
Reservas de lucros	–	120.177	86.407
		872.964	**839.194**
Total passivo e patrimônio líquido		**4.115.163**	**3.781.559**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Operações continuadas			
Receita líquida	23	1.131.223	1.077.647
Custo dos serviços	24	(652.164)	(728.404)
Lucro bruto		**479.059**	**349.243**
Despesas/(receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	25	(33.033)	(25.935)
Outras receitas líquidas	27	2.850	2.040
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		**448.876**	**325.348**
Receitas financeiras	26	43.464	18.717
Despesas financeiras	26	(378.592)	(416.660)
Resultado financeiro, líquido		**(335.128)**	**(397.943)**
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**113.748**	**(72.595)**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido	28	(32.738)	24.535
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		**81.010**	**(48.060)**
Lucro/(Prejuízo) básico por lote de mil ações no fim do exercício (R$)	31	**145,49**	**(86,31)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/lucro líquido do período antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**113.748**	**(72.595)**
Ajustes		
Depreciação e amortização	181.743	212.634
Perda na baixa do imobilizado e intangível	1	103
Provisão para conserva especial	76.388	68.876
Provisão para contingências	8.511	4.922
Margem de construção – ICPC 01	(3.101)	(3.702)
Receita diferida	(8.930)	(10.882)
Baixa liquida de arrendamento – CPC 06 (R2)	(366)	(77)
Perda de arrecadação	34	2.544
Capitalização de custo de empréstimos	(55.152)	(46.635)
Juros e variações monetárias, líquidas	397.354	449.205
	710.230	**604.393**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(6.109)	(8.235)
Tributos a recuperar	(556)	1.292
Despesas pagas antecipadamente	2.470	3.092
Outros ativos	342	(95)
Depósitos judiciais	(13.724)	335
Fornecedores	(667)	(15.657)
Fornecedores – partes relacionadas	–	(129)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.886	(252)
Tributos a pagar	1.529	288
Realização de pagamentos de provisão para conserva especial	(101.497)	(64.514)
Contas a pagar	4.981	8.725
Caixa gerado nas operações	**598.887**	**529.243**
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(2.019)	–
Juros pagos de empréstimos e debêntures	(131.254)	(24.518)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**465.614**	**504.725**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Pagamentos)	(2.855)	(1.192)
Adições ao intangível (Pagamentos)	(279.472)	(336.663)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(282.327)**	**(337.855)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	50.000	50.000
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(62.616)	(50.000)
Aplicações financeiras – Reserva Debêntures	(77.012)	(77.438)
Pagamento de arrendamento operacional	(12.767)	(14.937)
Pagamento de dividendos	(10.000)	(6.115)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(112.395)**	**(98.490)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**70.892**	**68.380**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	91.601	23.221
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	162.492	91.601
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**70.891**	**68.380**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Reserva de retenção de lucros	Lucros líquidos/ (prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**556.799**	**195.988**	**9.859**	**124.609**	**–**	**887.254**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(48.060)	**(48.060)**
Compensação com reserva de retenção de lucros (Nota 22)	–	–	–	(48.060)	48.060	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**556.799**	**195.988**	**9.859**	**76.549**	**–**	**839.194**
Lucro do exercício	–	–	–	–	81.010	**81.010**
Reserva legal (Nota 22 (b))	–	–	4.050	–	(4.050)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 22 (b))	–	–	–	(10.000)	(19.240)	**(29.240)**
Juros sobre Capital Próprio	–	–	–	–	(18.000)	**(18.000)**
Reserva de retenção de lucros (Nota 22)	–	–	–	39.719	(39.719)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**556.799**	**195.988**	**13.909**	**106.268**	**–**	**872.964**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	**81.010**	**(48.060)**
Resultado abrangente do exercício	**81.010**	**(48.060)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	**1.206.494**	**1.142.461**
Receita de serviços	896.355	772.229
Receita de construção ICPC 01-R1	310.139	370.232
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(101.814)	(93.102)
Custo de construção ICPC 01-R1	(307.038)	(366.530)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(43.336)	(36.528)
Valor adicionado bruto	**754.306**	**646.301**
Depreciação e amortização	(181.743)	(212.634)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**572.563**	**433.667**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	43.464	18.717
Outros	3.061	2.092
Valor adicionado total a distribuir	**619.088**	**454.476**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**44.121**	**38.573**
Remuneração direta	35.996	31.044
Benefícios	5.864	5.570
FGTS	2.261	1.959
Impostos, taxas e contribuições	**116.504**	**47.884**
Federais	72.234	9.760
Estaduais	119	111
Municipais	44.151	38.013
Remuneração de capitais de terceiros	**377.453**	**416.079**
Juros	376.570	415.395
Aluguéis	131	152
Outros	752	532
Remuneração de capitais próprios	**81.010**	**(48.060)**
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	81.010	(48.060)
Valor adicionado distribuído	**619.088**	**454.476**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), com Sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009, e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos. A Concessionária possui seis Termos Aditivos Modificativos ("TAM") com a ARTESP, sendo: (1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B; (2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009; (3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto ("PaP") na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local aonde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto; (4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220; (5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão; (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP do Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão. Em agosto de 2022 foi firmado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo (TAM Coletivo nº 02/2022) entre o Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes, na qualidade de Poder Concedente ("Poder Concedente"), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), na qualidade de interveniente- anuente, a Companhia e as demais concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo (em conjunto, "Concessionárias Afetadas"). O TAM Coletivo tem por objeto a promoção do Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão, em razão da frustração da receita bruta causada pelo não repasse do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contratos de Concessão, mediante emprego de verbas do Tesouro, com pagamentos bimestrais realizados pelo Poder Concedente. Os pagamentos foram realizados às Concessionárias Afetadas no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022. Adicionalmente, os pagamentos às Concessionárias Afetadas, foram realizados até que o reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022, fosse repassado às tarifas de pedágio, o que ocorreu a partir de 16 de dezembro de 2022. Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária. Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400. O registro foi deferido em 30 de junho de 2010. O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro. Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("RDB FIP"), fundo de investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC ("Farallon") e Mubadala Investment Company ("Mubadala"). No quarto trimestre de 2020, os cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente, no RDB FIP pelos fundos geridos pela Farallon. Não obstante, cumpre salientar que Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades que investem no RDB FIP e que tal operação, no âmbito dos investidores do RDB FIP, não teve como efeito a alienação do controle indireto da Companhia. Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Companhia à Rodovias do Brasil Holding S.A. ("RBH"), sociedade controlada pelo RDB FIP. Desta forma, a RBH, passou a ser acionista direta da Companhia, passando a deter o equivalente a 85% de seu capital social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Companhia, sendo certo, contudo, que, uma vez que a RBH é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Companhia. Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Companhia, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da companhia, de forma que não se aplica o previsto no art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). Neste exercício não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação aos impactos da pandemia da COVID-19. **Capital circulante líquido negativo:** A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais, conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras do país para complementar sua necessidade de caixa e faz negociações com seus fornecedores para ampliação dos prazos de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2022 o passivo circulante supera o ativo circulante em R$ 315.810 (R$ 274.406 em 31 de dezembro de 2021). Não há expectativa da Companhia em ter o capital circulante líquido positivo no curto prazo, entretanto não é um problema de liquidez, dado a capacidade de geração de caixa das atividades operacionais.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Borard* ("IASB")). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação: Estas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas Notas Explicativas nº 3.2 e 3.3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 24 de março de 2023. **2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **b) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras encontram-se registrados ao valor justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização. **c) Instrumentos financeiros:** O CPC 48(IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. **(i) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir: **(a)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; **(b)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15. **(ii) Desreconhecimento Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) *Impairment* de ativos financeiros:** Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge. **d) Contas a receber:** As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de cada dívida, com base no método de custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. **f) Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar e licenças de software, avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e da licença do software. **g) Imposto de renda e contribuição social e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota Explicativa nº 9). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **h) Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **i) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. **j) Ativos intangíveis: (i) Infraestrutura:** Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **(ii) Software:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, de acordo com às taxas anuais mencionadas na (Nota Explicativa nº 13 (a)). Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa incorridas do período. **(iii) Direito de outorga:** Os gastos para exploração e desenvolvimento da concessão (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda. O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "Direito de Outorga da Concessão", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante. O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão. **k) Provisões: (i) Provisão para manutenção:** A Companhia reconheceu uma provisão para conserva especial, decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes. **(ii) Provisão para ações judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota Explicativa nº 20). **l) Fornecedores:** As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14). **m) Credor pela aquisição da concessão:** Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente. **n) Debêntures e empréstimos:** Os recursos financeiros tomados através de emissão de debêntures e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva. **o) Demais passivos circulantes:** São demonstrados por

continua …

… continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **p) Receitas de contratos com clientes: (i) Receita de serviço:** A Companhia adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. A Companhia reconhece a receita quando: identifica os contratos com os clientes; identifica as diferentes obrigações do contrato; determina o preço da transação; aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e satisfaz todas as obrigações de desempenho. As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **(ii) Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47/ICPC 01 e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota Explicativa nº 11), onde a Companhia estima que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2022	2021	2022	2021	2022	2021
310.139	370.232	(307.038)	(366.530)	3.101	3.702

q) Benefícios a empregados: (i) Obrigações de aposentadoria: Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede aos seus integrantes a opção de adesão ao plano de previdência complementar, firmando junto à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("MetLife"). Em 29 de setembro de 2021, por meio da Portaria PREVIC nº 640, publicado no Diário Oficial da União, foi aprovada a retirada de patrocínio da Companhia e o fechamento do plano de previdência complementar firmado junto à Vexty Previdência (anteriormente denominada Odebrecht Previdência). O novo plano de previdência complementar da Companhia, administrado pela MetLife proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contrapartidas mensais da patrocinadora. As contribuições da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram de R$ 487 e R$ 697, respectivamente. O risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano junto à MetLife o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados. **(ii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possui provisão no montante de R$ 5.957 e R$ 4.723, respectivamente. **r) Ajuste a Valor Presente (AVP):** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **s) Arrendamento e Direito de uso:** O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Concessionária avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos, mensurados à valor presente com base nos pagamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. O cálculo do valor presente dos ativos de direto de uso e dos passivos de arrendamentos é realizado com base na taxa média de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada. **2.3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade:** As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25)**; Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado:** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. **a) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; **b) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15:** Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. **2.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23**: altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; ▪ Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; ▪ Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; ▪ Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:** Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. **a. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.** Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **2.6. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Gestão de risco financeiro – a) Considerações gerais: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **b) Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa são suficientes para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Saldos em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	196.822	31.590	–	–
Debêntures (i)	256.575	307.491	1.605.781	3.164.607
Cédula de Crédito Bancário (i)	57.956			
Saldos em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	240.200	26.216	–	–
Debêntures (i)	135.387	239.502	1.441.513	3.414.741
Cédula de Crédito Bancário (i)	55.828	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022				

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e empréstimos; **(ii)** As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração; **(iii)** A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **d) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2022, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado. **(i) Ativos financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI, extraídos das projeções do Banco Santander em 13 de janeiro de 2023, foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2022.

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2022	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário II Adverso extremo	
			Taxa	Receita	Taxa	Receita	Taxa	Receita
Aplicações Financeiras	Redução no CDI	199.207	13,30%	26.494	9,98%	19.871	6,65%	13.247

(ii) Passivos financeiros: Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI e IPCA vigente em 31 de dezembro de 2022, extraídos pelas projeções do Banco Santander e do Relatório Focus do BCB em 13 de janeiro de 2023, foi definido o cenário provável (cenário I) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e a partir deste, foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2022:

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2022	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário II Adverso extremo	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Empréstimos	Alta no CDI	51.002	13,30%	(6.783)	16,63%	(8.479)	19,95%	(10.175)
Debêntures	Alta no CDI	65.366	13,30%	(8.694)	16,63%	(10.867)	19,95%	(13.041)
Debêntures	Alta no IPCA	190.744	5,31%	(10.129)	6,64%	(12.661)	7,97%	(15.193)

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores das dívidas da Companhia. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **e) Exposição aos riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições consideradas pela Administração como de primeira linha. **f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização. **g) Debêntures e empréstimos:** As debêntures e os empréstimos, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado. **3.1. Gestão de capital:** A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures (Nota nº 15)	2.890.025	2.616.142
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	(162.492)	(91.601)
Aplicações Financeiras (Nota nº 7)	(199.207)	(106.690)
Dívida líquida	**2.528.327**	**2.417.851**
Total do patrimônio líquido	**872.964**	**839.194**
Total do capital próprio e de terceiros	**3.401.291**	**3.257.045**
Índice de alavancagem financeira – %	**74%**	**74%**

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados: **a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros:** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **c) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **d) Reconhecimento de receita de construção:** Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01. **e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **3.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	–	–	162.492	91.601
Aplicações financeiras (Nota nº 7)	199.207	106.690	–	–
Contas a receber (Nota nº 8)	–	–	64.783	58.708
	199.207	**106.690**	**227.274**	**150.309**
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures (Nota nº 15) (i)	–	–	2.890.025	2.616.142
Arrendamento mercantil operacional (Nota nº 16)			24.521	5.748
Fornecedores (Nota nº 14)	–	–	223.367	260.010
Fornecedores – Partes relacionadas (Nota nº 17)			–	–
Outros passivos	–	–	5.045	6.406
	–	**–**	**3.142.958**	**2.888.306**

(i) Valor líquido do custo de transação.

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros – A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	63.097	57.002
Receitas acessórias	1.686	1.706
Total de contas a receber	**64.783**	**58.708**
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira **(i)**	151.757	87.616
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**151.757**	**87.616**
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	5
Bancos conta movimento	8.223	2.057
Numerários em trânsito	1.806	1.328
Fundo de troco	700	595
	10.734	**3.985**
	162.492	**91.601**

(i) A Companhia está sujeita à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avalição das instituições financeiras é realizada com base na análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	AA	AAA	AA-
Banco BTG Pactual S.A.	AA	–	–
Banco Santander S.A.	AAA	AAA	AAA
Banco Finaxis S.A.	AAA	–	–
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA	AA+	AAA
XP Investimentos S.A.	AA	–	AAA

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito **(i)**	1.806	1.328
Fundo de troco	700	595
Bancos conta movimento	8.223	2.057
Aplicações financeiras **(ii)**	151.757	87.616
	162.492	**91.601**

(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente; **(ii)** Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 85% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a fundos de investimentos remunerados, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras **(i)**	31.331	27.683
Total de aplicações financeiras	**31.331**	**27.683**
Aplicações financeiras vinculadas **(ii)**	167.876	79.007
Total de Aplicações financeiras vinculadas	**167.876**	**79.007**
	199.207	**106.690**
Circulante	–	–
Não circulante	**199.207**	**106.690**

(i) Em 31 de dezembro de 2022, compõe o saldo de aplicações financeiras o montante de R$ 31.331 (31 de dezembro de 2021 – R$ 27.683), referente a aquisições de 735 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB ("FIDC" ou "Fundo") efetuadas a partir de 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de 100% do CDI. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. O Fundo tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detêm contra a Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de uma administradora especializada; **(ii)** A aplicação financeira vinculada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2º Emissão das Debêntures CBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 01 de janeiro de 2021, a Companhia deverá depositar parcelas mensais que sejam necessárias, para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento ODTR11 compreenda o montante mínimo suficiente para quitação integral das Debêntures ODTR11, incluindo o valor nominal unitário, remuneração e eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODTR11. A remuneração média da aplicação financeira no Fundo DI Títulos Públicos Premium (Santander) foi de 99,41% do CDI, nos últimos doze meses.

8. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)	53.903	50.317
Vale pedágio (i)	7.838	6.685
Receitas acessórias	1.686	1.706
Cartões de Crédito e Débito	794	–
Valores a Receber do Poder Concedente (ii)	562	–
	64.783	**58.708**
Ativo circulante	**58.867**	**54.040**
Ativo não circulante	**5.915**	**4.668**

(i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos – Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como a seguir:

continua …

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Ativo não circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	250.337	248.066
Benefício fiscal (ágio) (i)	–	19.599
Provisão para contingências (i) (a)	9.650	6.756
Outras Provisões (i) (a)	294	260
Provisão para conserva especial (i) (a)	2.456	3.214
Participação nos lucros e resultados (i) (a)	2.025	1.606
Resultado diferido (CPC 47) (i) (a)	1.150	1.756
	265.913	**281.258**
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	60.127	58.590
Margem de construção	8.925	8.206
Encargos financeiros	815	1.162
Juros e encargos capitalizados	39.430	21.089
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº 12.973)	47.113	49.997
Arrendamento Mercantil	(297)	(325)
	156.112	**138.719**

	31/12/2022	**31/12/2021**
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	265.913	281.258
Tributos diferidos passivos	(156.112)	(138.719)
	109.801	**142.539**

A variação líquida em 31 de dezembro de 2022, quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2021, relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R$ 32.738. **(i)** A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebrecht TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	**Prejuízo fiscal e base negativa**	**Outros (a)**	**Total**
2023	17.416	–	17.416
2024	37.185	–	37.185
2025	47.350	–	47.350
2026 em diante	148.386	–	148.386
	250.337	**15.575**	**265.913**

a) Diferenças temporárias de provisão para PLR, contingências, conserva especial e outros resultados diferidos que sofrem movimentações constantes de adições e exclusões, durante todo o período da concessão. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Depósitos judiciais

	Trabalhistas	**Cíveis**	**Tributários (i)**	**Regulatórios**	**Total**
Saldos em 31/12/2021	**411**	**1.841**	**68.801**	**1.664**	**72.717**
Adições	344	3.171	11.360	–	14.876
Baixas	(109)	(8)	–	(1.035)	(1.152)
Atualização monetária	25	122	7.413	95	7.656
Saldos em 31/12/2022	**671**	**5.126**	**87.574**	**725**	**94.097**

Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos.

A Companhia mantém a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve atualização para esse processo.

11. Ativo de contrato – O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras:

	31/12/2021 Custo	**Adições**	**Transferências de obra (i)**	**31/12/2022 Líquido**
Edifícios e instalações	53.752	47.916	(58.402)	43.266
Hardware equipamentos de pedágio	8.616	2.228	(2.996)	7.848
Demais melhorias e ampliações	204.044	155.947	(192.723)	167.268
Pontes e Viadutos	–	3.060	–	3.060
Desapropriações	44.474	37.092	(22.057)	59.509
Custos de empréstimos (ii)	44.838	55.709	(41.764)	58.783
Meio ambiente e elementos de segurança	9.919	7.729	(11.158)	6.490
Estoque de Material de Obras (iii)	–	11.360	–	11.360
	365.643	**321.041**	**(329.100)**	**357.584**

(i) Obras concluídas transferidas de ativo de contrato para ativo intangível; **(ii)** Capitalização de juros e encargos sobre debêntures, utilizadas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. **(iii)** Aquisição de material importado para atender as demandas das obras da Perimetral de Itatiba, Marginal SP 332 e Faixa Adicional do Km 74 ao 88.

	31/12/2020 Custo	**Adições**	**Transferências de obra (i)**	**31/12/2021 Líquido**
Edifícios e instalações	22.494	55.700	(24.442)	53.752
Hardware equipamentos de pedágio	4.685	8.522	(4.591)	8.616
Demais melhorias e ampliações	94.386	217.862	(108.204)	204.044
Desapropriações	12.508	32.976	(1.010)	44.474
Custos de empréstimos (ii)	15.962	47.106	(18.230)	44.838
Meio ambiente e elementos de segurança	3.277	6.715	(73)	9.919
	153.312	**368.881**	**(156.550)**	**365.643**

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referem-se a ampliações e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Os principais investimentos realizados foram: Descanso dos Caminhoneiros do Km 111+000 (SP 065); Estrada Secundária do Km 19+500 (SP 065); Faixas Adicionais do Km 2+100 ao Km 15+700 (SP-063); Marginais do Km 114 ao Km 121+120 (SP 332); Passagem Inferior Km 182+00 (SP 332); Passarela do Km 143+000 (SP 065) e Perimetral de Itatiba (SP- 360).

12. Imobilizado – a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**31/12/2022 Líquido**	**31/12/2021 Líquido**
Equipamentos de informática	20	4.102	(1.588)	2.514	1.599
Móveis e utensílios	10	10	(4)	6	7
Veículos	20	247	(33)	214	–
Instalações	10	52	(1)	51	–
		4.411	**(1.626)**	**2.785**	**1.606**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**31/12/2021 Líquido**	**31/12/2020 Líquido**
Equipamentos	20	**2.619**	**(1.020)**	**1.599**	**577**
Móveis e utensílios	10	10	(3)	7	55
		2.629	**(1.023)**	**1.606**	**632**

b) Movimentação

	Equipamentos de informática	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Instalações**	**Imobilização em andamento**	**Total**
Custo	2.619	10	–	–	–	**2.629**
Depreciação acumulada	(1.020)	(3)	–	–	–	**(1.023)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.599**	**7**	**–**	**–**	**–**	**1.606**
Adições	1.052	-	247	52	37	**1.388**
Baixas, líquidas de depreciação	(1)	–	–	–	–	**(1)**
Reclassificação de ativos (i)	433	–	–	–	(37)	**397**
Depreciação	(569)	(1)	(33)	(1)	–	**(604)**
Saldo contábil	**2.514**	**6**	**214**	**51**	**-**	**2.785**
Custo	4.102	10	247	52	-	**4.411**
Depreciação acumulada	(1.588)	(4)	(33)	(1)	–	**(1.626)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.514**	**6**	**214**	**51**	**-**	**2.785**

(i) Reclassificações de saldos entre Ativo Imobilizado e Ativo Intangível, referente a custos com equipamentos de informática de apoio administrativo e melhorias do ERP de gestão administrativa e financeira.

	Equipamentos de informática	**Móveis e utensílios**	**Imobilização em andamento**	**Total**
Custo	1.298	790	–	**2.088**
Depreciação acumulada	(721)	(735)	–	**(1.456)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**577**	**55**	**–**	**632**
Adições	1.344	–	148	**1.492**
Baixas, líquidas de depreciação	(20)	–	–	**(20)**
Reclassificação de ativos **(i)**	–	–	(148)	**(148)**
Depreciação	(302)	(48)	–	**(350)**
Saldo contábil	**1.599**	**7**	**–**	**1.606**
Custo	2.619	10	–	**2.629**
Depreciação acumulada	(1.020)	(3)	–	**(1.023)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.599**	**7**	**–**	**1.606**

13. Intangível – a) Composição

	Custo	**Amortização Acumulada**	**31/12/2022 Líquido**	**31/12/2021 Líquido**
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	611.256	(127.679)	483.577	444.037
Pavimentações	585.706	(493.880)	91.826	136.565
Hardware equipamentos de pedágio	94.024	(27.006)	67.018	66.884
Demais melhorias e ampliações	1.261.039	(174.581)	1.086.458	931.415
Desapropriações	264.338	(49.408)	214.930	207.422
Custos de empréstimos	59.994	(1.635)	58.359	17.815
Máquinas e equipamentos	3.658	(2.253)	1.405	1.762
Móveis e utensílios	2.018	(1.022)	996	1.194
Veículos	7.785	(5.432)	2.353	2.982
Meio ambiente e elementos de segurança	218.097	(44.644)	173.453	169.600
	3.107.915	**(927.540)**	**2.180.375**	**1.979.676**
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão **(ii)**	1.337.238	(433.479)	903.759	943.972
Direito de uso **(iii)**	34.463	(10.460)	24.003	5.118
Softwares adquiridos de terceiros **(*) (iv)**	5.902	(3.486)	2.416	2.951
	1.377.603	**(447.425)**	**930.178**	**952.041**
	4.485.518	**(1.374.965)**	**3.110.553**	**2.931.717**

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

	Custo	**Amortização Acumulada**	**31/12/2021 Líquido**	**31/12/2020 Líquido**
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	552.076	(108.039)	444.037	434.285
Pavimentações	585.706	(449.141)	136.565	227.135
Hardware equipamentos de pedágio	91.029	(24.145)	66.884	67.286
Demais melhorias e ampliações	1.064.286	(132.871)	931.415	858.527
Desapropriações	247.522	(40.100)	207.422	214.579
Custos de empréstimos	18.230	(415)	17.815	–
Máquinas e equipamentos	3.498	(1.736)	1.762	2.239
Móveis e utensílios	2.015	(821)	1.194	1.396
Veículos	7.688	(4.706)	2.982	2.922
Meio ambiente e elementos de segurança	206.939	(37.339)	169.600	176.224
	2.778.989	**(799.313)**	**1.979.676**	**1.984.593**
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão **(ii)**	1.337.238	(393.266)	943.972	981.259
Direito de uso **(iii)**	31.505	(26.387)	5.118	12.357
Softwares adquiridos de terceiros **(*) (iv)**	5.639	(2.688)	2.951	3.840
	1.374.382	**(422.341)**	**952.041**	**997.456**
	4.153.371	**(1.221.654)**	**2.931.717**	**2.982.049**

(i) Intangível – Infraestrutura: Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas macroeconômicas. As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção de 1% e foi estimada, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1) e OCPC 05. **(ii) Direito de outorga da concessão:** Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão. O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato. **(iii) Direito de uso:** O direito de uso corresponde a alteração exigida pelo CPC 06(R2), a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacionais. **(iv) Softwares adquiridos de terceiros:** Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear, alocados no resultado do período.

b) Movimentação

	Infraestrutura	**Direito de outorga**	**Software, direitos de uso e outros**	**Direito de uso de arrendamento (i)**	**Total**
Custo	2.778.989	1.337.238	5.639	31.505	4.153.371
Amortização acumulada	(799.313)	(393.266)	(2.688)	(26.387)	(1.221.654)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.979.676**	**943.972**	**2.951**	**5.118**	**2.931.717**
Aquisição de software em Andamento	–	–	242	–	242
Adições	891	–	(16)	30.560	31.435
Transferências de obras **(ii)**	329.100	–	–	–	329.100
Rescisão de contratos	–	–	–	(406)	(406)
Reclassificação de ativos **(iii)**	(433)	–	37	–	(396)
Amortização	(128.859)	(40.213)	(798)	(11.269)	(181.139)
Saldo contábil	**2.180.375**	**903.759**	**2.416**	**24.003**	**3.110.553**
Custo	3.107.915	1.337.238	5.902	34.463	4.485.518
Amortização acumulada	(927.540)	(433.479)	(3.486)	(10.460)	(1.374.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.180.375**	**903.759**	**2.416**	**24.003**	**3.110.553**

	Infraestrutura	**Direito de outorga**	**Software, direitos de uso e outros**	**Direito de uso de arrendamento (i)**	**Total**
Custo	2.621.386	1.337.238	5.492	30.095	**3.994.211**
Amortização acumulada	(636.793)	(355.979)	(1.652)	(17.738)	**(1.012.162)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.984.593**	**981.259**	**3.840**	**12.357**	**2.982.049**
Adições	1.351	–	–	4.127	**5.478**
Transferências de obras **(ii)**	156.550	–	–	–	**156.550**
Rescisão de contratos	–	–	–	(141)	**(141)**
Reclassificação de ativos **(iii)**	–	–	148	–	**148**
Baixas, líquidas de depreciação	(83)	–	–	–	**(83)**
Amortização	(162.735)	(37.287)	(1.037)	(11.225)	**(212.284)**
Saldo contábil	**1.979.676**	**943.972**	**2.951**	**5.118**	**2.931.717**
Custo	2.778.989	1.337.238	5.639	31.505	**4.153.371**
Amortização acumulada	(799.313)	(393.266)	(2.688)	(26.387)	**(1.221.654)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.979.676**	**943.972**	**2.951**	**5.118**	**2.931.717**

(i) Direito de uso de arrendamento

	Imóveis	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Total**
Custo	985	26.556	3.965	**31.505**
Amortização acumulada	(527)	(23.974)	(1.887)	**(26.387)**
Saldos em 31/12/2021	**458**	**2.582**	**2.078**	**5.118**
Adições	2	30.018	539	**30.560**
Rescisão de contratos	–	(406)	–	**(406)**
Amortização	(221)	(9.487)	(1.561)	**(11.269)**
Saldo contábil	**239**	**22.707**	**1.056**	**24.003**
Custo	987	29.620	3.449	**34.056**
Amortização acumulada	(748)	(6.913)	(2.392)	**(10.053)**
Saldos em 31/12/2022	**239**	**22.707**	**1.056**	**24.003**

	Imóveis	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Total**
Custo	898	25.575	3.622	**30.095**
Amortização acumulada	(484)	(14.809)	(2.445)	**(17.738)**
Saldos em 31/12/2020	**414**	**10.766**	**1.177**	**12.357**
Adições	345	1.235	2.547	**4.127**
Rescisão de contratos	(129)	–	(12)	**(141)**
Amortização	(172)	(9.419)	(1.634)	**(11.225)**
Saldo contábil	**458**	**2.582**	**2.078**	**5.118**
Custo	985	26.556	3.965	**31.505**
Amortização acumulada	(527)	(23.974)	(1.887)	**(26.387)**
Saldos em 31/12/2021	**458**	**2.582**	**2.078**	**5.118**

Em 31 de dezembro de 2022, foram registrados no resultado do exercício os contratos de arrendamento mercantil de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento:

	Máquinas e equipamentos	**Veículos**	**Total**
Arrendamento de curto prazo	85	2	**87**
	85	**2**	**87**

(ii) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para o ativo intangível, conforme Nota Explicativa nº 11; **(iii)** Reclassificações de saldos entre Ativo Imobilizado e Ativo Intangível, referente a custos com equipamentos de informática de apoio administrativo e melhorias do ERP de gestão administrativa e financeira.

14. Fornecedores

	31/12/2022	**31/12/2021**
Fornecedores nacionais	223.368	260.010
	223.368	**260.010**
Passivo circulante	**191.778**	**233.794**
Passivo não circulante	**31.590**	**26.216**

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia. Os fornecedores têm a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"). O saldo equivalente a estes contratos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são de R$ 184.396 e R$ 197.396, respectivamente.

15. Empréstimos e debêntures

	Moeda	**Encargos financeiros anuais**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
1ª Emissão Debêntures ODTR11 **(a)**	R$	IPCA + 6,70%	343.191	325.090
2ª Emissão Debêntures CBAN **(a)**	R$	IPCA + 5,0%/ IPCA + 5,2%/ CDI + 2,0%	2.872.836	2.671.424
Cédula de Crédito Bancário **(d)**	R$	CDI + 2,39%	51.002	50.675
Custos a amortizar **(b)**	R$		(377.004)	(431.047)
			2.890.025	**2.616.142**
Passivo circulante				
Debêntures			229.785	110.649
Cédula de Crédito Bancário			50.631	50.297
Passivo circulante			**280.416**	**160.946**
Passivo não circulante				
Debêntures			2.609.609	2.455.196
Passivo não circulante			**2.609.609**	**2.455.196**
			2.890.025	**2.616.142**

(a) Debêntures: Em 27 de maio de 2019, através do terceiro aditamento da escritura das Debêntures simples ODTR11, consignou a Companhia todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Companhia, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11. Em contrapartida a dívida que era oriunda do Contrato de Mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitado. Em 15 de novembro de 2019, a Companhia realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta de duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries. Em 15 de julho de 2022, a Companhia liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R$ 114.262, sendo R$ 12.616 de principal e R$ 101.647 de remunerações. Conforme obrigação escritural da Debênture ODTR11, a Companhia deve realizar pagamentos anuais e consecutivos de juros remuneratórios, até o prazo de liquidação. Em 14 de outubro de 2022, a Companhia liquidou parcela da emissão das Debêntures ODTR11 no montante de R$ 22.417, sendo esse valor referente a juros. A composição da operação da escrituração das debêntures em aberto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 de 2021, está apresentada da seguinte forma:

Liberação	**Série**	**Valor da emissão**	**Vencimento**	**Encargos (% a.a.)**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Novembro-13	ODTR 1º série	300.000	outubro-25	IPCA + 6,70%	343.191	325.090
Dezembro-19	CBAN 1º série	859.479	até julho-34	IPCA + 5,0%	1.191.443	1.103.664
Dezembro-19	CBAN 2º série	700.000	até julho-27	CDI + 2,0%	834.452	783.970
Dezembro-19	CBAN 3º série	240.771	até julho-34	IPCA + 5,2%	335.391	310.383
Dezembro-19	CBAN 5º série	199.750	até julho-34	IPCA + 5,2%	278.249	257.502
Dezembro-19	CBAN 7º série	167.482	até julho-34	IPCA + 5,2%	233.300	215.905
					3.216.027	**2.996.514**

O valor nominal unitário atualizado das Debêntures CBAN da 2ª emissão será amortizado semestralmente, juntamente com a remuneração, a partir de 15 de julho de 2022 e o pagamento dos juros da ODTR11 será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira, Terceira, Quinta e Sétima Série CBAN	**(i)**	**Datas de Amortização da Segunda Série CBAN**	**(ii)**	**Datas de Amortização da Primeira Série ODTR11**	**(iii)**
Jul/22	0,25%	jul/22	1,00%	Outubro de 2025	100,00%
Jan/23	0,13%	jan/23	0,50%	–	–
Jul/23	0,13%	jul/23	0,50%	–	–
Jan/24	0,13%	jan/24	4,50%	–	–
Jul/24	0,13%	jul/24	4,50%	–	–
Jan/25	0,13%	jan/25	13,50%	–	–
Jul/25	0,13%	jul/25	13,50%	–	–
Jan/26	0,25%	jan/26	14,00%	–	–
Jul/26	0,25%	jul/26	14,00%	–	–
Jan/27	0,25%	jan/27	17,00%	–	–
Jul/27	0,25%	jul/27	17,00%	–	–
Jan/28	6,00%	–	–	–	–
Jul/28	6,00%	–	–	–	–
Jan/29	6,50%	–	–	–	–
Jul/29	6,50%	–	–	–	–
Jan/30	6,75%	–	–	–	–
Jul/30	6,75%	–	–	–	–
Jan/31	6,75%	–	–	–	–
Jul/31	6,75%	–	–	–	–
Jan/32	6,75%	–	–	–	–
Jul/32	6,75%	–	–	–	–

continua ...

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Datas de Amortização da Primeira, Terceira, Quinta e Sétima Série CBAN	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série CBAN	(ii)	Datas de Amortização da Primeira Série ODTR11	(iii)
Jan/33	7,00%	–	–	–	–
Jul/33	7,00%	–	–	–	–
Jan/34	9,25%	–	–	–	–
Jul/34	9,25%	–	–	–	–

(i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da Primeira Série, Terceira Série, Quinta Série e Sétima Série a ser amortizado; **(ii)** Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado; **(iii)** Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da Primeira Série a ser amortizado. **(b) Custo de captação:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	Debêntures Total	CCB Santander	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Saldos no início do período	**430.669**	**378**	**431.047**	**482.175**
Constituição Custo de Transação	–	425	425	450
(-) Amortizações	(54.036)	(432)	(54.468)	(51.578)
Saldo no final do período	**376.633**	**371**	**377.004**	**431.047**
Passivo circulante			**26.696**	**15.098**
Passivo não circulante			**350.308**	**415.949**

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures CBAN 1ª, 3ª, 5ª e 7ª Série	Debêntures CBAN 2ª Série	Debêntures ODTR11 1ª Série	CCB Santander	Total
2023	15.722	10.480	123	371	26.696
2024	39.201	26.504	1.399		67.104
2025	36.310	19.129	948	–	56.387
2026	37.201	12.930	–	–	50.131
2027	38.096	3.856	–	–	41.952
2028 em diante	134.734	–	–	–	134.734
	301.264	**72.899**	**2.470**	**371**	**377.004**

c) Prazo de vencimento: O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2024	142.365	(67.104)	75.261	124.921	(63.342)	61.579
2025	170.617	(56.387)	114.230	160.589	(62.404)	98.185
2026	447.323	(50.131)	397.192	444.292	(56.727)	387.565
2027	214.072	(41.952)	172.120	220.117	(48.856)	171.261
2028 em diante	1.985.540	(134.734)	1.850.806	1.921.227	(184.620)	1.736.607
	2.959.917	**(350.308)**	**2.609.609**	**2.871.144**	**(415.948)**	**2.455.196**

d) Cédula de Crédito Bancário: Em 14 de novembro de 2022, a Companhia realizou a 5ª emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB), em favor do Banco Santander do Brasil S.A., no valor principal de R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com vigência e liquidação em 09 de novembro de 2023 (*bullet*) à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 2,20% a.a., calculados de forma exponencial *pro rata temporis* (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis e comissão de 0,19% a.a.. Não há constituição de garantias. Nesta mesma data, a Companhia realizou o pagamento da 4ª emissão da CCB, no montante total 57.191, sendo R$ 50.000 de principal e R$ 7.191 de juros. **e) Movimentação de empréstimos e debêntures**

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos no início do período	**2.616.142**	**2.219.780**
Pagamento de principal de debêntures	(12.616)	–
Pagamento de principal de empréstimos	(50.000)	(50.000)
Juros e correções provisionados de debêntures	356.192	365.743
Juros de empréstimos	7.518	4.009
Juros pagos de debêntures	(124.063)	(20.832)
Juros pagos de empréstimos	(7.191)	(3.686)
Cédula de crédito bancário	50.000	50.000
Constituição Custo de Transação	(425)	(450)
Amortização do custo de transação debêntures	54.036	51.506
Amortização do custo de transação CCB Santander	432	72
Saldos final do período	**2.890.025**	**2.616.142**

As despesas financeiras das debêntures incorridas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I são capitalizadas juntamente com os demais custos da infraestrutura, conforme Nota Explicativa nº 11. A taxa média de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização do período foi de 14,74%. A reconciliação entre a capitalização dos custos de empréstimos com as despesas financeiras, está demostrada na Nota Explicativa nº 26. **f) Garantias vigentes:** As garantias constituídas pela Companhia são: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e (ii) penhor das ações da Companhia. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da ODTR11 em 1º grau e da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva. **g) Principais compromissos assumidos ("Covenants"):** As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2022. Para as Debêntures CBAN da 2ª emissão, foram apurados no exercício 2,93x e 3,59x referente ao "*ICSD*" e Dívida Líquida/*EBITDA*, respectivamente.

16. Arrendamento mercantil operacional

	Imóveis	Máquinas e equipamentos (i)	Veículos	Total
Saldos em 31/12/2021	**412**	**3.198**	**2.138**	**5.748**
Adições	2	30.018	539	30.560
Rescisão de contratos	–	(761)	(11)	(772)
Baixas	(223)	(10.933)	(1.805)	(12.960)
Apropriação de juros	28	1.776	141	1.946
	220	**23.298**	**1.003**	**24.521**
Saldos em 31/12/2022				
Passivo circulante	**160**	**10.052**	**746**	**10.958**
Passivo não circulante	**60**	**13.246**	**257**	**13.563**

(i) Reconhecimento do contrato de locação de máquinas e equipamentos, no montante total de R$ 30.018, referente a operação com manutenção das rodovias do Corredor Dom Pedro I. O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média do custo captação das dívidas, com base na projeção de mercado do IPCA e CDI, correspondendo a taxa de 8,93% a.a.

17. Partes relacionadas – a) Composição: As transações que influenciaram o resultado e os investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Transações Resultado Serviços prestados	Benefícios com pessoal (ii)
CNO S.A. **(i)**	31	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**31**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**125**	**605**

(i) CNO S.A. O montante de R$ 31, refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação, para acesso a consulta de dados históricos). **(ii) Vexty Previdência (anteriormente denominada Odebrecht Previdência)** A Companhia apresentava o montante de R$ 605, referente despesa com plano de previdência complementar do exercício de findo em 31 de dezembro de 2021. Conforme destacado no item P da Nota Explicativa nº 2.2, foi aprovado pela Portaria PREVIC nº 640, a retirada do patrocínio da Companhia e o fechamento do plano de previdência complementar com a Vexty Previdência. **Fundo de Investimento de Direito Creditórios ("FIDC")** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R$ 31.331, referente à aquisição de 735 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7. **b) Honorários da Administração:** A remuneração paga aos administradores estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalizou os montantes de R$ 3.375 e R$ 2.975, respectivamente:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações	2.709	2.393
Benefícios (i)	124	103
Subtotal	**2.833**	**2.496**
Encargos	542	479
	3.375	**2.975**

(i) Os benefícios concedidos contemplam assistência médica, previdência privada, seguro de vida e vale alimentação/refeição.

18. Salários e encargos sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e ordenados	6.155	4.905
Encargos sociais	1.437	1.322
Provisão para férias, 13º salário e encargos	3.961	3.439
	11.552	**9.666**

19. Tributos a recolher	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações fiscais federais		
Impostos retidos na fonte	4.023	1.551
PIS a recolher	556	471
COFINS a recolher	2.615	2.202
	7.194	**4.224**
Obrigações fiscais municipais		
ISS retido na fonte	1.648	1.186
ISS a recolher	4.963	4.166
	6.611	**5.352**
	13.805	**9.576**
Passivo circulante	**12.971**	**9.009**
Passivo não circulante	**834**	**567**

20. Provisão para demandas judiciais	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórios (i)	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.367**	**13.047**	**238**	**5.220**	**19.872**
Constituição	687	4.434	23	5.905	11.049
Reversão	(401)	(1.556)	–	(581)	(2.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.653**	**15.925**	**261**	**10.544**	**28.383**
	Contingências trabalhistas e previdenciárias	**Contingências cíveis**	**Contingências tributárias**	**Contingências regulatórios**	**Saldo final**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.156**	**8.750**	**229**	**4.815**	**14.950**
Constituição	988	9.066	9	1.758	11.821
Reversão	(777)	(4.769)	–	(1.352)	(6.899)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.367**	**13.047**	**238**	**5.220**	**19.872**

Processos cíveis: O principal processo judicial provisionado refere-se à ação indenizatória referente acidente (atropelamento) ocorrido em 2011, na Rodovia Dom Pedro I (SP-065) nas proximidades do km 86+500m. Durante o curso processual, a Companhia sustentou não ter responsabilidade, uma vez que o local dos fatos se encontrava devidamente sinalizado com cones, conforme estabelecido pelo Manual de Operações. Todavia, apesar do farto conjunto probatório ofertado, em 19 de novembro de 2021, foi proferida sentença de procedência dos pedidos, condenando de forma solidária a Companhia, o motorista que conduzia o veículo, bem como a transportadora proprietária do veículo causador do atropelamento. A Companhia interpôs recurso de apelação em face da sentença, sendo que ainda não houve decisão de segundo grau. Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia. As variações dos saldos se deram especialmente em razão da majoração dos honorários de sucumbência devido ao julgamento do Tema nº 1.076, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre a sua fixação com base no artigo nº 85 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, aumento do valor discutido na ação de cobrança referente a serviços prestados pelo escritório Anunciação Advogados, além de recebimento de ação indenizatória proveniente de acidente com animal na pista. A Companhia também possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributárias, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil e as IFRS não determinam a sua contabilização:

	31/12/2022	31/12/2021
Contingências trabalhistas e previdenciárias	7.725	7.741
Reclamações cíveis	35.218	31.142
Contingências regulatórios	6.936	3.432
Contingências tributárias	65.550	64.882
	115.429	**107.197**

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a: **Processos tributários:** A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013 a 2017. A Companhia protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento. A Companhia apresenta depósitos judiciais, relacionado ao processo do ágio entre outros processos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10. **Processos regulatórios:** Em 2022 houve um aumento no montante no saldo das contingências com classificação de riscos possíveis, substancialmente relacionados aos processos regulatórios, em razão do ajuizamento de novas ações anulatórias, visando obter a declaração de nulidade de atos administrativos.

21. Provisão de conserva especial – a) Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de conserva especial	7.224	9.454
	7.224	**9.454**
	31/12/2021	**31/12/2020**
Provisão de conserva especial	9.454	23.659
	9.454	**23.659**

b) Movimentação	31/12/2022	31/12/2021
Saldos no início do exercício	**9.454**	**23.659**
Constituição conserva especial, líquida de AVP	80.140	97.358
Baixa de conserva especial	(82.370)	(111.563)
Saldos final do exercício	**7.224**	**9.454**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia apresenta o saldo de R$ 7.224 e de R$ 9.454, respectivamente, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão é constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 8,93% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI. Em janeiro de 2022, a Companhia revisou as estimativas de gastos, para fazer face às obrigações na data do balanço, em conformidade com os fatores de mercado, alta dos preços de insumos e antecipação do cronograma de obras. A Companhia reconhece também uma provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente. A provisão é constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os dois últimos anos do período de concessão e apropriados pelo prazo final da respectiva concessão.

22. Patrimônio líquido – a) Capital social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R$ 1,00 por ação.

Acionistas	Números de ações em unidades: Ordinárias nº ações	%	Preferenciais nº ações	%	Total nº ações	%
Rodovias do Brasil Holding S.A.	236.639.596	85	236.639.596	85	473.279.192	85
OTP CRB Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	41.759.929	15	41.759.929	15	83.519.858	15
	278.399.525	**100**	**278.399.525**	**100**	**556.799.050**	**100**

b) Destinação do resultado: (i) Reserva legal: A reserva legal deve ser obrigatoriamente constituída ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de quaisquer outras destinações, e não pode exceder a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital. **(ii) Dividendos:** A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia foi calculada nos termos da Lei no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197:

	31/12/2022
Lucro do exercício	81.010
Constituição reserva legal (5%) (i)	(4.051)
Base de cálculo dos dividendos	76.959
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (ii)	(19.240)
Juros sobre capital próprio (iii)	(18.000)
Reserva de retenção de lucros (iv)	39.719

Conforme disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da cota destinada à reserva legal. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelo conselho em assembleia geral. Em 03 de novembro de 2022, através da deliberação em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas no valor de R$ 10.000 (dez milhões), referente a saldo de reserva de retenção e lucros. O pagamento foi realizado em 30 de novembro de 2022, na proporção das respectivas participações no capital social da Companhia na presente data. **(iii) Juros sobre Capital Próprio** O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, sobre o patrimônio líquido da Sociedade. Conforme exigência legal, o valor definido deve ser limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Em 29 de dezembro de 2022, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a distribuição, pela Companhia, de juros sobre capital próprio no total de R$ 18.000, que serão pagos conforme deliberação oportuna, de acordo com a base acionária da presente data e, nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante foi considerado dedutível para fins de apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social. **(iv) Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia constituiu reserva de retenção de lucros de R$ 39.719 do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo o saldo excedente da destinação do resultado após a constituição da reserva legal, provisão de juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, como prevê o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, que determina que a Assembleia-Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício. **c) Reserva de capital:** Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da ex-controladora indireta (Odebrecht TransPort Participações S.A.- OTPP), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R$ 195.988 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais) foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio.

23. Receita líquida	31/12/2022	31/12/2021
Receitas em numerário	136.300	145.700
Receitas de AVI ("*Automatic Vehicle Identification*") (ii)	646.056	562.129
Receitas de vale pedágio (iii)	41.339	43.071
Receitas acessórias	20.311	21.329
Receitas com Cartão de Crédito e Débito	6.538	–
Receita de Pedágio (Reajuste IPCA) (iv)	45.812	–
Receita de operação	**896.355**	**772.229**
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	310.139	370.232
Receita total	**1.206.494**	**1.142.461**
Tributos sobre serviços de operação	(75.271)	(64.814)
	1.131.223	**1.077.647**

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia reconheceu R$ 310.139 e R$ 370.232, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro; **(ii)** Receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, calculadas e registradas através do reconhecimento dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada; **(iii)** As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS); **(iv)** Reconhecimento de receita de pedágio, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo Coletivo nº 02/2022, descrito na Nota Explicativa nº 1, quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste das tarifas em 01 de julho de 2022, conforme disposição contratual. A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

24. Custos dos serviços	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação e amortização	(180.340)	(211.248)
Salários e encargos	(37.725)	(34.092)
Gastos gerais	(6.519)	(5.895)
Serviços de terceiros	(15.364)	(14.985)
Seguros	(2.944)	(2.871)
Outorga variável	(13.490)	(11.614)
Provisão para conserva especial **(i)**	(76.388)	(68.876)
Materiais	(12.356)	(12.293)
	(345.127)	**(361.874)**
Custo de construção ICPC 01-R1	(307.038)	(366.530)
	(652.164)	**(728.404)**

(i) Aumento na provisão da conserva especial, devido à revisão das estimativas de gastos com de obras de recapeamento asfáltico e sinalização no Corredor Dom Pedro I.

25. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	(13.132)	(11.116)
Serviços de terceiros	(4.629)	(3.288)
Depreciação e amortização	(1.402)	(1.386)
Materiais e equipamentos	(401)	(482)
Despesa com veículos	(164)	(202)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(837)	(844)
Provisão para demandas judiciais **(i)**	(8.511)	(4.922)
Gastos gerais	(3.957)	(3.695)
	(33.033)	**(25.935)**

(i) Provisionamento de processo cível e regulatórios, de acordo com a classificação dos assessores jurídicos, em razão de decisão desfavorável, conforme Nota Explicativa nº 20.

26. Resultado financeiro, líquido	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(7.518)	(4.009)
Juros sobre debêntures	(232.841)	(168.751)
Correção monetária sobre debêntures **(i)**	(123.352)	(196.992)
Custos de transação sobre debêntures	(54.036)	(51.506)
Custo de transação CCB Santander	(432)	(72)
Arrendamento mercantil operacional	(1.946)	(897)
Ajuste a valor presente **(ii)**	(3.752)	(28.482)
Outras	(9.867)	(12.586)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	55.152	46.635
	(378.592)	**(416.660)**
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	34.058	5.970
Outras	9.405	12.747
	43.464	**18.717**
Resultado financeiro, líquido	**(335.128)**	**(397.943)**

(i) Variação da correção monetária relacionada à deflação do IPCA; **(ii)** Reversão do AVP da provisão da conserva especial em 2021, devido à realização de obras de recapeamento asfáltico e sinalização no Corredor Dom Pedro I. A seguir demonstramos a reconciliação de juros, correções e custo de transação, sobre debêntures, apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como a capitalização de juros no ativo de contrato e o resultado financeiro:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros e encargos sobre debêntures (Nota 15 (e))	(356.193)	(365.743)
Custos de transação sobre debêntures (Nota 15 (e))	(54.036)	(51.506)
Total de juros e encargos sobre debêntures	**(410.229)**	**(417.249)**
Capitalização de juros e encargos sobre debêntures (Nota 11)	55.709	47.106
(-) Margem de construção ICPC 01 ativo de contrato (Nota 11 (ii))	(557)	(471)
Total de despesas de juros, encargos e custo de transação	**(355.077)**	**(370.614)**
Juros sobre debêntures	(232.841)	(168.751)
Correção monetária sobre debêntures	(123.352)	(196.992)
Custos de transação sobre debêntures	(54.036)	(51.506)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	55.152	46.635
Total de reconciliação de juros, encargos e custo de transação	**–**	**–**

27. Outras receitas (despesas) líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Baixa do ativo intangível	–	(85)
Baixa do ativo imobilizado	(1)	(3)
Baixa liquida de arrendamento – CPC 06 (R2)	366	78
Outras despesas com tributos	(522)	(53)
	(157)	**(63)**
Venda de ativo imobilizado	579	733
Indenizações	–	744
Outras receitas	2.428	626
	3.007	**2.103**
	2.850	**2.040**

28. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social – Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos impostos	113.747	(72.595)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(38.674)	24.682
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	5.936	(147)
Efeito IR e CSLL no resultado	(32.738)	24.535
IR e CSLL diferido	(32.738)	24.535
Total de IR e CSLL diferidos	**(32.738)**	**24.535**

29. Demonstração do fluxo de caixa – A seguir, demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	(28.208)	(18.430)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**(28.208)**	**(18.430)**
Adições de ativo imobilizado	1.071	(152)
Adições de ativo intangível	27.756	16.620
Adições de direito de uso	(30.560)	(4.127)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**(1.733)**	**12.341**
Custo de transação CCB Santander	(425)	(450)
Adições de arrendamento operacional	30.367	6.539
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	**29.942**	**6.089**

continua ...

Negócios

… continuação **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

30. Seguros – A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Ramo	Seguradora	Vigência De	Vigência Até	Limite Máximo de Responsabilidade
Risco de Engenharia	AXA Seguros S.A.	15/03/2021	15/03/2025	59.189
Risco operacional	AXA Seguros S.A.	29/12/2021	29/06/2023	360.000
Seguro de Riscos Administrativos – D & O	AXA Seguros S.A.	01/06/2022	01/06/2023	40.000
Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	15/03/2022	15/03/2026	371.970
Seguro Garantia Judicial	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	11/07/2019	10/07/2025	7.892
Execução Fiscal	Fator Seguradora S.A.	16/11/2022	16/11/2025	867
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora S.A.	29/06/2022	29/06/2023	293.275
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	07/07/2020	24/06/2025	11.343
Risco de Engenharia	HDI Global Seguros S.A	15/03/2020	15/03/2025	127.203
Responsabilidade Civil	Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	01/07/2022	29/12/2023	14.094
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/04/2022	30/04/2023	821
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A.	29/12/2021	29/12/2023	101.000
Risco de Engenharia	XI Seguros Brasil S.A.	15/03/2019	15/03/2025	114.564

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

Diretoria		Contador
Douglas Longhi Diretor Presidente	**André de Paula Yusiasu** Diretor Administrativo-Financeiro e RI	**Ailton da Silva de Oliveira** CRC 1BA 026.104/O-8 'S' SP

31. Lucro (prejuízo) por ação – Básico: O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) do exercício	81.010	(48.060)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	145,49	(86,31)

(a) Diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

32. Eventos Subsequentes – Debêntures: Em 15 de janeiro de 2023, a Companhia liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R$ 117.142, sendo R$ 6.309 de principal e R$ 110.833 de remunerações. **Juros sobre capital próprio:** Em 19 de janeiro de 2023 a Companhia distribuiu o montante de R$ 3.600, sobre forma de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022, correspondente a 20% do total bruto destinado a este título e já líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, conforme previsão legal. **Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 (Recurso– Recursos Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227). Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de repercussão geral, de forma definitiva a favor dos contribuintes, devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos e externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, e está em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes. Neste sentido, destacamos que a Companhia: (i) Não é parte de ação de inconstitucionalidade da cobrança da CSLL ou qualquer tratamento fiscal incerto acerca do assunto; (ii) Não temos exposição aos possíveis efeitos da decisão do STF em relação a processos com trânsito em julgado de outras naturezas, correspondentes à Contribuição Social patronal sobre 1/3 sobre férias, redução de IPI sobre a revenda de mercadorias importadas. (iii) Não possui exposição para qualquer outro processo com trânsito em julgado; A decisão do STF seguirá sendo acompanhada pelo departamento jurídico e administração da Companhia.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionaria Rota das Bandeiras S.A. – Itatiba-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação de impairment do ativo intangível e impostos diferidos:** Conforme divulgado nas Notas Explicativas nos 09 e 13 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2022, impostos diferidos – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e, ativo intangível composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias que representam aproximadamente 78% do total de seus ativos. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos e do ativo intangível da Companhia foi significativa para a nossa auditoria devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, baseados em premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação, por nossos especialistas, da metodologia de impairment utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1)/IAS 36; • Análise, por nossos especialistas, das premissas adotadas e metodologia de cálculo, também com as considerações de projeções em função do cenário da pandemia Covid-19; • Análise, por nossos especialistas, das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos; • Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos; • Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração; • Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1)/IAS 36, bem como se as respectivas divulgações das Notas Explicativas nos 09 e 13 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações contábeis, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2023.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013.846/O-1
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador – CRC 1SP 166.001/O-3

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de janeiro de 2023

Aos 24/01/2023 às 10:00 hs, na sede social da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Mesa: Ricardo Martins Junqueira**, Presidente, **Renata Sodré Viana Egreja Junqueira**, Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia:** Aprovada a celebração de contrato de operação de crédito realizada junto ao Banco BTG S.A. na modalidade CPR-F no valor de R$ 20.000.000,00, com garantia de 120% sobre o saldo devedor de cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de exportação de açúcar VHP, 120% sobre o saldo devedor de Alienação Fiduciária de Lavoura sem monitoramento e Aval de LAAX Empreendimentos e Participações Ltda., Avanhandava Agropecuária Ltda. E da Sra. Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, em uma única operação e eventuais aditamentos. Ratificados todos os atos já praticados junto à referida instituição financeira até a presente data. Nada mais. aa) Ricardo Martins Junqueira, Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, Secretária. JUCESP nº 64.291/23-6 em 09/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 01 de agosto de 2022

Local: Avanhandava/SP**,** Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25. **Data:** 01/08/2022, às 10:00 hs. **Convocação dos Conselheiros: –** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista o comparecimento de todos os membros do conselho. **Mesa: Ricardo Martins Junqueira** – Presidente; **Renata Sodré Viana Egreja Junqueira** – Secretária, **Deliberações da Ordem do Dia**:O Sr. Presidente da mesa prestou esclarecimentos acerca das propostas, objeto de deliberações nesta Assembleia, colocando em discussão os documentos mencionados no item "a" da Ordem do Dia, que foram aprovados por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, informando que os mesmos foram publicados no jornal "Data Mercantil (impresso e digital)", ambos na edição de 30/07/2022. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Avanhandava, 01/08/2022. **aa) Ricardo Martins Junqueira** – Presidente; **Renata Sodre Viana Egreja Junqueira** – Secretária. **Conselheiros: Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti.** JUCESP. Certifico o registro sob o nº 605.202/22-9 em 05/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 04 de março de 2022

Local: Avanhandava/SP, Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25. **Data:** 04/03/2022 às 10:00 hs. **Convocação dos Conselheiros:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista o comparecimento de todos os membros do conselho. **Mesa: Ricardo Martins Junqueira** – Presidente; **Renata Sodré Viana Egreja Junqueira** – Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia:** O Sr. Presidente procedeu a explanação sobre o andamento operacional da safra, acompanhamento dos custos e orçamento e resultado financeiro da Companhia até o presente momento e foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma objeção os números apresentados. Foi acordado prazo e os procedimentos que serão adotados na realização da auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/03/2022, que será realizada pela KPMG Auditores Independentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Avanhandava, 04/03/2022. **aa) Ricardo Martins Junqueira** – Presidente; **Renata Sodré Viana Egreja Junqueira** – Secretária. **Conselheiros:** Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 608.073/22-2 em 06/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 01 de setembro de 2022

Local: Avanhandava/SP, Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25. **Data:** 01/09/2022 às 10h00. **Convocação:** Dispensada a convocação, face ao comparecimento de representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, Presidente e Ricardo Martins Junqueira, Secretário. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Autorizado o encerramento e baixa nos órgãos competentes da filial da Rodovia Marechal Rondon, km 484, na Fazenda Aparecida em Penápolis-SP, CNPJ 45.902.707/0009-89, Inscrição Estadual 521.153.742.119 e NIRE 35.902.813.829. Foi deliberado ainda que a Diretoria tome todas as providências necessárias à concretização das matérias aprovadas. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata. Avanhandava, 01/09/2022. **Renata Sodré V. Egreja Junqueira** – Presidente; **Ricardo Martins Junqueira** – Secretário. JUCESP – Registrado sob nº 482.659/22-1 em 22/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de julho de 2022

Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25. **Data:** 26/07/2022 às 10:00 hs. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa: Renata Sodré Viana Egreja Junqueira** – Presidente; **Ricardo Martins Junqueira** – Secretário. **Deliberações**: Por unanimidade: Reelegeu o conselho de administração com mandato de 1 ano, os quais tomarão posse por meio da assinatura dos competentes termos de posse, lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, quais sejam: Sr. **Ricardo Martins Junqueira**, RG nº 9.302.456-3 SSP/SP e CPF/ME nº 105.230.028-66, designado como Presidente do Conselho de Administração; Sra. **Renata Sodré Viana Egreja Junqueira**, RG nº 9.895.118 SSP/SP e CPF/ME nº 126.362.988-19, designada como Vice-Presidente do Conselho de Administração; e Sr. **André Luiz Monaretti**, RG nº 12.356.834-1 e CPF/ME nº 088.125.478-93, designado como Conselheiro Independente. Os conselheiros ora reeleitos compareceram à presente e declararam, sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Avanhandava, 26/07/2022. **aa)** Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Presidente; Ricardo Martins Junqueira – Secretário. **Acionistas: Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; LAAX Empreendimentos e Participações Ltda.,** representada por Ricardo Martins Junqueira. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 607.486/22-3 em 06/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 02 de dezembro de 2021

Aos 02/12/2021 às 10hs, sede social, com totalidade. **Mesa:** Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. **Deliberações:** O Presidente procedeu a explanação sobre o andamento operacional da safra, acompanhamento dos custos e orçamento e resultado financeiro da Cia. até o presente momento e foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma objeção os números apresentados. Foram aprovadas as contratações da empresa LPL Consultoria Tributária para realizar o trabalho de levantamento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS e a empresa KPMG Auditores Independentes para realizar a revisão de ambiente de TI (IT Audit). **Encerramento:** Nada mais. Avanhandava, 02/12/2021. Assinaturas: Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 605.311/22-5 em 05/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,513
Dólar (EUA) - 5,2632
Franco (Suíça) - 5,7559
Iene (Japão) - 0,04018
Libra (Inglaterra) - 6,4853
Peso (Argentina) - 0,02558
Peso (Chile) - 0,006567
Peso (México) - 0,2847
Peso (Uruguai) - 0,135
Yuan (China) - 0,7719
Rublo (Rússia) - 0,0692
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,7316

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.

CNPJ nº 61.376.737/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo	NE	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.815	4.015
Contas a receber	5	60	-
Estoques	6	61	61
Tributos a recuperar	7	425	370
Outros créditos		7	6
		4.368	**4.452**
Não circulante			
Depósitos judiciais		49	49
Imobilizado		1	1
Outros créditos		6	6
		56	**56**
Total do ativo		**4.424**	**4.508**

Passivo e patrimônio líquido	NE	2019	2018
Circulante			
Contas a pagar	8	58	-
Obrigações tributárias e trabalhistas		65	40
Dividendos a pagar		4	4
		127	**44**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	138	138
Provisão para demandas judiciais	10	87	87
		225	**225**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		3.276	3.276
Reserva de lucros		796	963
		4.072	**4.239**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.424**	**4.508**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	**3.276**	**399**	**655**	**(739)**	**3.591**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	648	**648**
Saldos em 31/12/2018	**3.276**	**399**	**655**	**(91)**	**4.239**
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	(91)	91	**-**
Prejuízo do exercício	-	-	(167)	-	**(167)**
Saldos em 31/12/2019	**3.276**	**399**	**397**	**-**	**4.072**

Demonstrações dos resultados

	NE	2019	2018
Receita operacional líquida	12	370	489
Custo de locação	13	(22)	(34)
Lucro bruto		**348**	**455**
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas	14	(703)	(1.009)
Outras receitas	15	1	988
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(354)**	**434**
			-
Despesas financeiras	16	(5)	(4)
Receitas financeiras	16	221	257
Resultado financeiro líquido		**216**	**253**
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**(138)**	**687**
IRPJ	17	(18)	(24)
CSLL	17	(11)	(15)
Prejuízo/(lucro líquido) do exercício		**(167)**	**648**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2019	2018
	(167)	**648**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(167)**	**648**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2019	2018
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais	**(167)**	**648**
Depreciação e amortização	-	1
Baixa de ativos intangíveis	-	14
Provisão para demandas judiciais	-	(97)
Perdas com clientes	-	188
	(167)	**754**
Aumento/(diminuição) nos ativos operacionais		
Contas a receber	(60)	(77)
Tributos a recuperar	(55)	(127)
Outros créditos	(1)	4
Depósitos judiciais	-	47
Tributos a recuperar a longo prazo	-	78
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	58	(20)
Obrigações tributárias e trabalhistas	25	(64)
Caixa líquido proveniente/(consumido) nas atividades operacionais	**(200)**	**595**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(200)**	**595**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.015	3.420
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.815	4.015
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(200)**	**595**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima brasileira, de capital fechado, com Sede no Estado de São Paulo, Rua Safira, 290, Bairro Aclimação, no município de São Paulo. A Companhia tem por objeto a realização de empreendimentos imobiliários, de obra de engenharia civil, a incorporação de imóveis, construção de edifícios e residências, por conta própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; compra, venda, administração e locação de bens móveis e imóveis próprios; e participação no capital de outras empresas. Entretanto, a sua principal atividade tem sido a realização de empreendimentos imobiliários, a compra e a venda de seu estoque de imóveis, sendo que nos últimos anos a Companhia vendeu a maior parte de seu estoque de imóveis. **2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76 e contemplando os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC n° 2016/NBCTG1000(R1). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem várias estimativas, entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 14/03/2023. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **(a) Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece os recebíveis, as aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **(c) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras referem-se aos recursos de caixa aplicados em instituições financeiras no Brasil, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Companhia. **(d) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e deduzidas das Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), quando aplicável. A PECLD é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Durante o exercício findo em 31/12/2019, a Companhia não transacionou operações de contas a receber passíveis de ajuste a valor presente. **(e) Estoques:** Representam os ativos para negociação avaliados ao custo médio de aquisição ou de construção, que não excede o valor de mercado. A Companhia avalia em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, a Companhia não estima o seu valor recuperável. **(f) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição, fabricação ou construção, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por desvalorização acumuladas, se houver, incluindo o custo de reposição dos equipamentos, se satisfeitos os critérios de reconhecimento:

Descrição do bem	Taxa (%)
Móveis e Utensílios	10
Instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33
Computadores e periféricos	20
Outros imobilizados	10

O reconhecimento dos itens do imobilizado e de suas eventuais partes significativas reconhecidos inicialmente é baixado quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado quando da baixa do ativo. **(g) Fornecedores:** As contas a pagar fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo contabilizados de acordo com a competência e segregados entre passivo circulante e não circulante, de acordo com seu vencimento. **(h) Provisões: a) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **b) Provisões para riscos trabalhistas:** A Companhia não possui riscos trabalhistas com caso provável, por isso não há registro de contingências. **(i) Receita de locação:** As receitas de locação são provenientes de imóveis, reconhecidos na rubrica imóveis a comercializar, que ainda não foram vendidos, mas que estão auferindo receita, conforme nota nº 5, a saber: • **Loja Barão de Jaguará - São Paulo** - adquirido em julho de 1959 e atualmente alugado para uma pessoa física; • **Edifício Garage Cogeral - São Paulo -** adquirida conjuntamente com o item acima em julho de 1959 e atualmente alugado para uma administradora de estacionamentos. **(j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias e juros passivos. **(k) Instrumentos Financeiros: Ativos e passivos financeiros: a) Ativos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa. **(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** É avaliado nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **b) Passivos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo ou como empréstimos e financiamentos. É determinada a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. **(ii) Desconhecimento (Baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.**Instrumentos financeiros – Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(o) Apuração do Resultado** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas de prestação de serviços são apresentadas líquidas dos impostos, das devoluções, cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos incidentes sobre elas. As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado abrangente adotado. As despesas Contábeis incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida, os encargos financeiros sobre os impostos e despesas de juros sobre os arrendamentos financeiros, bem como ajustes referentes a descontos financeiros. As receitas Contábeis incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, os descontos em compras obtidos de fornecedores e ajustes referentes a descontos. **(m) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente são calculados pelo regime de lucro presumido considerando a presunção de 32% para a base de IRPJ e CSLL. O IRPJ é cálculo à alíquota de 15% sobre a base presumida, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240.000. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2019	2018
Bancos	26	26
Aplicações financeiras	3.789	3.989
	3.815	**4.015**

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 100% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos com restrição trata-se de recebimentos de valores específicos para projetos financiados.

5. Contas a Receber:	2019	2018
Estacentro Estacionamento	62	-
Outros recebíveis	280	282
PECLD (a)	(282)	(282)
	60	**-**

(a) A avaliação para constituição da PECLD é realizada por cliente e individualmente, levando-se em consideração as perspectivas futuras de realização dos títulos.

6. Estoques:	2019	2018
Garage Cogeral I5	57	57
Loja Edifício Cogeral	4	4
	61	**61**

Os imóveis em 31/12/2019 encontram-se disponíveis para vendas. Até que a vendas dos imóveis sejam realizadas a Companhia irá auferir receita de aluguel.

7. Tributos a recuperar:	2019	2018
IRPJ	106	106
IRRF	309	254
Outros	10	10
	425	**370**

8. Contas a pagar:	2019	2018
Pinheiro Neto Advogados	51	-
Fharos Serviços Administrativos	4	-
Sah Contábil	2	-
Outros	1	-
	58	**-**

9. Partes relacionadas: Em 31/12/2019 a Companhia possui o montante de R$ 138 mil, oriundo da redução de capital realizada no exercício de 2012. O valor é devido aos seguintes acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Em reais	2019	2018
Diana Shor malach	137	137
Alex Gliksman Goldstein	1	1
	138	**138**

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Remuneração anual de curto prazo	361	368
	361	368

Não há outras operações com partes relacionadas.

10. Provisão para demandas judiciais:

Natureza	2019	2018
Cíveis e tributárias	87	87
	87	**87**

Para as causas discutidas em juízo a Companhia depositou o montante de R$ 49 mil. A Companhia está sujeita a ações de nulidade de certas cláusulas contratuais em alguns contratos de venda de apartamentos. Foram constituídas provisões cíveis para fazer frente a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, além de provisões tributárias. Adicionalmente, o total de causas possíveis de perda cíveis é de R$ 66.732 mil e tributárias é de R$ 274 mil. **11. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social da Companhia é de R$ 3.726.331 (três milhões, setecentos e vinte e seis mil, trezentos e trinta e um reais), dividido em 4.300.000.000 (quatro bilhões e trezentos milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Sócios	Valor nominal (R$)	%
Acionistas nacionais	2.031	62%
Acionistas estrangeiros	1.245	38%
	3.276	**100%**

(b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não foi constituída reserva legal no exercício em virtude de já ter sido atingido o limite comentado anteriormente. **(c) Remuneração aos acionistas:** São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

12. Receita operacional líquida:	2019	2018
Receita de aluguéis	384	508
Impostos sobre locação	(14)	(19)
	370	**489**

13. Custos	2019	2018
Seguros	(16)	(28)
Manutenção de imóveis	(5)	(5)
Depreciação	(1)	(1)
	(22)	**(34)**

14. Despesas administrativas	2019	2018
Honorários, Conselho e Diretoria	(361)	(338)
Prestadores de serviços	(155)	(16)
Honorários advocatícios	(16)	(173)
13º Salário	(30)	(30)
Contrib. Sind, Anuidade, Assoc.	-	(1)
INSS	(78)	(84)
Perdas com clientes	-	(188)
Outros	(63)	(179)
	(703)	**(1.009)**

15. Outras receitas:	2019	2018
Processo de IPTU 2018 (a)	-	988
Outros	1	-
	1	**988**

(a) O montante refere-se à resgate de depósitos judiciais líquidos de impostos referente à Ação Ordinária nº 0023596-83.2002.8.26.0053. Essa Ação Ordinária foi ajuizada para discutir a cobrança do IPTU com alíquotas progressivas, ano de 2002, prevista na Emenda Constitucional nº 29/00 e na Lei Municipal nº 13.250/01, incidente sobre doze imóveis localizados no Município de São Paulo.

17. Resultado financeiro líquido:	2019	2018
Rendimentos sobre aplicações financeiras	221	257
Tarifas bancárias	(3)	(3)
Outros	(2)	(1)
	216	**253**

18. IRPJ e CSLL - corrente: O IRPJ (IRPJ) e a CSLL sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício foram calculados conforme o regime de lucro presumido, a partir das receitas provenientes de venda de imóveis, aluguéis de imóveis e aplicações financeiras. O IRPJ é calculado pela alíquota de 15% sobre a base de cálculo presumida do imposto, acrescido de 10%, para a base de cálculo excedente a R$ 60.000,00 no trimestre, e a CSLL calculada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida do imposto.

	2019	2018
IRPJ		
Receita de serviços prestados	384	507
32% sobre receita de serviços prestados	123	162
Base de cálculo	123	162
Imposto de Renda (15%)	18	24
Encargo do exercício	18	24
CSLL		
Receita de serviços prestados	384	507
32% sobre receita de serviços prestados	123	162
Base de cálculo	123	162
CSLL (9%)	11	15
Encargo do exercício	11	15

18. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária. Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por eles, e em consonância com o CPC PME R1 na Seção 21 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Seção 29 Tributos sobre o lucro e na Seção 32 Evento Subsequente, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2019.

Diretoria

Renato Alois Andriani Grinberg - Diretor

Ivan Peder Alois Glucksman - Diretor

Contador

José Barnabé Silveira - CT CRC nº 1SP167249/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.** em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Ausência de recebimento de circularização de bancos:** Não obtivemos respostas às cartas de circularização enviadas às instituições financeiras que a Companhia tem relacionamento. Consequentemente, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre a totalidade das operações junto às instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2019. **Ausência de recebimento de circularização de advogados:** Não obtivemos respostas às cartas de circularização dos assessores jurídicos externos. Consequentemente, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre a existência de possíveis passivos e ativos não reconhecidos, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2019. **Realização ao valor recuperável do contas a receber e impostos a recuperar:** Até a conclusão dos nossos trabalhos nós não obtivemos documentação apropriada e suficiente que assegure a inexistência de perda de valor recuperável do saldo de contas a receber e impostos a recuperar no montante de R$ 60 mil e R$425 mil, respectivamente, assim, ficamos impossibilitados de avaliar a adequação e possibilidade de realização dos referidos ativos. **Limitação de análise sobre o saldo de depósitos judiciais:** Até a conclusão dos nossos exames não tivemos acesso a documentação suporte para teste de existência e exatidão do montante de R$ 49 mil, bem como não pudemos nos satisfazer por meio de outros procedimentos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de avaliar a existência e exatidão do referido saldo na data de 31/12/2019. **Limitação de análise sobre o saldo de despesas administrativas:** Até a conclusão dos nossos exames não tivemos acesso a documentação suporte para teste de existência e exatidão do montante de R$ 878 mil, bem como não pudemos nos satisfazer por meio de outros procedimentos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de avaliar a existência e exatidão do referido saldo na data de 31/12/2019. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, do exercício findo em 31/12/2018, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por nós, com relatório de auditoria com opinião com ressalva referente à Restituição de depósitos judiciais - IPTU do Município de São Paulo, datado em 28/08/2019. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações,

continuação ☛

Publicidade Legal

continuação

ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14/03/2023.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. Andreia Gini de Souza
CRC 2 SP 015165/0-8 Contadora CRC 1 SP 270317/O-9

Dr. Conecta Tecnologia em Saúde Ltda.

CNPJ/MF nº 33.780.224/0001-12 - NIRE 35.235.541.175

Instrumento Particular de Alteração e Transformação de Tipo Jurídico

Marco Antonio Affonseca, brasileiro, empresário, casado; **Cláudio Maffezzolli Junior**, brasileiro, empresário, ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP. Únicos e atuais sócios **Dr. Conecta Tecnologia em Saúde Ltda,** sediada em São Paulo/SP, CNPJ nº 33.780.224/0001-12, com registro na JUCESP nº 35.235.541.175 em 30/05/2019, resolvem transformar e alterar o contrato social: **1. Sede e domicilio legal:** 1.1. O endereço da Sociedade que passará a situar-se em São Paulo/SP. **2. Tipo jurídico/ nome empresarial:** 2.1 Fica transformada esta Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações passando denominar-se **"Dr. Conecta Tecnologia em Saúde S.A.",**. 2.2 Ainda em razão da transformação do tipo jurídico e societário, as 10.000 quotas sociais do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 cada, são convertidas em 10.000,00 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, que ficarão distribuídas conforme boletim de subscrição. **3. Nomeação de diretores:** 3.1. Os acionistas, deliberaram a criação de 2 diretorias: (a) **Marco Antonio Affonseca**, acima qualificado, para Diretor Presidente; (b) **Cláudio Maffezzolli Junior**, para Diretor de tecnologia. **3.2.** Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **4. Aprovação do estatuto social:** 4.1. Fica aprovado a nova redação Estatuto Social. São Paulo, 21/09/20. JUCESP/NIRE nº 3530056117-1. JUCESP nº 521.896/20-4 em 10/12/20. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 10 de agosto de 2021

Aos 10/08/2021 às 10:00 hs, na sede social da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Mesa: Ricardo Martins Junqueira**, Presidente, **Renata Sodré Viana Egreja Junqueira**, Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia:** O Sr. Presidente procedeu a explanação sobre o andamento operacional da safra, acompanhamento dos custos e orçamento e resultado financeiro da Companhia até o presente momento e foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma objeção os números apresentados. **Encerramento:** Nada mais. Avanhandava, 10/08/2021. **aa) Ricardo Martins Junqueira** – Presidente; **Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária.** JUCESP – Registrado sob o nº 605.310/22-1 em 05/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

PLATÃO CAPITAL S.A.

CNPJ nº 49.703.913/0001-63 - NIRE nº 35.300.610.156

RETIFICAÇÃO - Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07/03/2023

Na publicação da **Ata Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07/03/2023** feita neste jornal em edição de **24/03/2023**, por um lapso constou erroneamente a data da realização, ONDE SE LÊ: **07/03/2023** LEIA-SE: **08/03/2023**. As demais informações são ratificadas nesta publicação.

Viracopos Estacionamento S.A.

CNPJ/MF nº 17.235.766/0001-58 – NIRE 35.300.446.810 – ("VESA")

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 01 de setembro de 2022.

1. Data, Horário e Local. 01/09/2022, às 10h00, na sede social da VESA, na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/nº, Prédio Administrativo, Campinas-SP. **2. Convocação e Presença.** Devidamente convocada, compareceu à presente a acionista Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. ("ABVSA" ou "Acionista Única"), representando a totalidade do capital social. **3. Mesa.** Sr. Gustavo Müssnich, Presidente e Sr. Pablo Fortes Iglesias, Secretário. **4. Ordem do Dia.** (i) Tomada de conta dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da VESA referentes aos exercícios sociais ocorridos em 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021; e (ii) Destinação de lucro líquido. **5. Deliberações.** Instalada a reunião, a Acionista Única passou à análise e deliberação, nos seguintes termos: 5.1. O Presidente da Mesa destacou que o Conselho de Administração da ABVSA ("CA") se reuniu, em 17/08/2022, para, dentre outros assuntos, deliberar sobre as demonstrações financeiras da subsidiária integral VESA, relativamente aos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Ao final das discussões, o CA decidiu, de maneira unânime e sem ressalvas, pela integral aprovação das demonstrações financeiras da VESA, deliberação que vincula o voto dos representantes da ABVSA nesta Assembleia. 5.2. Feitos esses esclarecimentos, a ABVSA deliberou, com relação ao item (i) da Ordem do Dia, pela aprovação das demonstrações financeiras da VESA para os anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. 5.3. Com relação ao item (ii) da Ordem do Dia, a Acionista Única deixou de destinar lucros, haja vista que a VESA apresentou prejuízo em todos os exercícios analisados. **6. Lavratura da Ata.** Foi aprovada a lavratura desta ata na forma de sumário. **7. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos integrantes da Mesa desta Assembleia. Campinas, 01/09/2022. **Presidente** – Gustavo Müssnich; **Secretário** – Pablo Fortes Iglesias, OAB/SP 369.194. **Acionista Aeroportos Brasil – Viracopos S.A.:** Gustavo Müssnich – Diretor Presidente; Fabio Tosta Gadelha Souza – Diretor Administrativo Financeiro. JUCESP – Registrado sob o nº 100.139/23-1 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures Da 2ª Série Da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em 2 Séries, para Distribuição Pública com Esforços restritos, da Diana Bioenergia Avanhandava S.A., realizada em 29 de março de 2022

Data, Hora e Local: em 29/03/2022, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, e é considerada realizada na sede social da "Companhia", na Cidade de Avanhandava-SP, na Fazenda Nova Recreio, s/n, Bairro Farelo. **Convocação e Presença:** Dispensada, tendo em vista que se verificou a presença de debenturistas representando 100% das debêntures. **Mesa:** Presidida pela Sra. Larissa Monteiro de Araújo e secretariado pelo Sr. Victor Alencar Pereira. **Deliberações da Ordem do Dia:** Os Debenturistas 2ª Série, deliberaram: **(i)** aprovar a rerratificação do item (ii) das Deliberações tomadas na AGD realizada em 09/03/2022, onde constou que o pagamento do *Waiver Fee* seria realizado em até 5 Dias Úteis contados da data de realização da Assembleia, quando deveria constar que o pagamento do prêmio será realizado no dia 29/03/2022. O pagamento do prêmio é de 1,20% sobre o saldo devedor das Debêntures 2ª Série do dia 23/03/2022; e **(ii)** aprovar a autorização ao Agente Fiduciário, à Companhia e aos Fiadores para praticar todas as providências necessárias para a formalização do item acima. **Ratificação:** ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão não alterados nos termos desta ata, bem como todos os demais documentos relacionados à Emissão até o integral cumprimento da totalidade das obrigações previstas na Escritura de Emissão. Os termos que não estejam expressamente definidos nesta ata terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada esta assembleia e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Avanhandava-SP, 29/03/2022. Larissa Monteiro de Araújo – Presidente; Victor Alencar Pereira – Secretário. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 26.760/23-0 em 20/01/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 07 de outubro de 2021

Local: Avanhandava/SP, Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25. **Data:** 07/10/2021 às 10h00. **Convocação:** Dispensada a convocação, face ao comparecimento de todos os membros do conselho. **Mesa:** Ricardo Martins Junqueira, Presidente e Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, Secretária. **Deliberações:** O Sr. Presidente procedeu a explanação sobre o andamento operacional da safra, acompanhamento dos custos e orçamento e resultado financeiro da Companhia até o presente momento e foi aprovado por unanimidade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata. Avanhandava, 07 de outubro 2021. aa) Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. JUCESP – Registrado sob nº 605.314/22-6 em 05/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 – NIRE 35.300.346.238 – (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2023

1. Data, Local e Hora: Aos 17/02/2023, às 9horas, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), km 183 + 800 metros, Lins-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente, Sra. Larissa Mardegan Ribeiro de Souza – Secretária. **4. Ordem do Dia:** Estabelecer orientações do Conselho de Administração da Companhia à Diretoria. **5. Deliberações aprovadas por unanimidade de votos: 5.1.** A Diretoria da TTBR apresentou o *status* das tratativas com a Agência em relação ao Acórdão nº 1447/2018 – TCU-Plenário – Representação TCU nº 010.482/2016-4. **5.2.** Os membros do Conselho aprovaram, nos termos do Art. 23, XIII do Estatuto Social da Companhia, a propositura de ações em face da ANTT, referente aos Autos de Infração abaixo listados:

Processo	AI	Infração
50515.015220/2018-43	095/2018	Socorro Mecânico

5.3. Os membros do Conselho aprovaram, nos termos do Art. 23, VI do Estatuto Social da Companhia: 5.3.1. A formalização de contrato com a empresa **W.K. Oliveira Engenharia Ltda. ME,** para a realização dos *serviços de reparo e recuperação de pavimento rígido nas praças de pedágio das cidades de Lins (km 183+800 – P3) e Vera Cruz (km 268+100 – P4)* no valor total de **R$ 109.000,00.** 5.3.2. A formalização de aditivo contratual com a empresa **Talentech Tecnologia Ltda. – TBR 44/17,** que tem por objeto a *prestação de serviços de fornecimento, locação e operação de equipamentos eletrônicos de monitoramento e controle de velocidade (radares) do tipo fixo, com display e OCR, bem como a instalação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos,* visando **(i)** Alterar o escopo contratual para acrescer 10 faixas, contemplando o total 16 faixas, sendo os equipamentos tipo redutores de velocidade, em locais específicos da BR-153, bem como instalação e manutenção preventiva e corretiva**; (ii)** aditamento de prazo (de 01/10/22 até 30/09/27) e; **(iii)** inclusão do valor total de **R$ 4.000.000,00** ao contrato. 5.3.3. A formalização de aditivo contratual com a empresa **Egati Engenharia – TBR 80/20,** que tem por objeto a *prestação de serviços de assessoria ambiental, desenvolvimento do SIG Meio Ambiente (SIGATI) e suporte técnico, melhorias de funcionalidades para utilização do SIG Desktop, SIG Web e aplicativos para tablet,* visando **(i)** aditamento de prazo (de 21/12/22 até 20/12/24) e; **(ii)** inclusão do valor total de **R$ 485.995,20** ao contrato. 5.3.4. A formalização de aditivo contratual com a empresa **Elisangela Pietrucci Antunes ME – TBR 03/21,** que tem por objeto a *prestação de serviços de transporte de funcionários da Transbrasiliana, em micro-ônibus, vans e/ou carro, segundo itinerário e horários pré-definidos, pelas partes, nas Praças de Pedágio P1 (Onda Verde), P2 (José Bonifácio); P3 e Centro de Controle Operacional (Lins) e P4 (Vera Cruz),* visando a inclusão do valor total de **R$ 109.847,15** ao contrato. 5.3.5. A formalização de aditivo contratual com a empresa **E.A.R. Construções e Instalações Ltda. e E&P Infraestrutura Ltda. (ELO) – TBR 46/21,** que tem por objeto *a execução de serviços, com fornecimento de mão de obra especializada própria ou de terceiros subcontratados, bem como de todos os materiais e equipamentos necessários, para a realização de fresagem descontínua de revestimentos asfálticos na Rodovia Transbrasiliana (BR153/SP), visando incluir:),* visando **(i)** Alterar o escopo contratual para acrescer 1 equipe fixa, 01 equipe emergencial por acionamento e custos extras estimados; **(ii)** inclusão do valor total de **R$ 14.637.952,80** ao contrato. **5.4.** Os membros do Conselho de Administração aprovaram ainda que o Secretário da Reunião rubrique todos os documentos de suporte anexos à presente. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Lins, 17/02/2023. (ass.) **Mesa: Carlo Alberto Bottarelli** – Presidente; **Larissa Mardegan Ribeiro de Souza** – Secretária. **João Villar Garcia** – Conselheiro e **Roberto Solheid da Costa de Carvalho** – Conselheiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 112.447/23-5 em 20/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2022

Aos 16/09/2022 às 10 hs, na sede social, com totalidade. **Mesa:** Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. **Deliberações:** O Presidente procedeu a explanação sobre o andamento operacional da safra, acompanhamento dos custos e orçamento e resultado financeiro da Cia. até o presente momento, revisão do orçamento para final de safra e planejamento financeiro dos próximos 2 anos. Em relação aos 3 primeiros itens foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma objeção os números apresentados. E em relação ao item 4, os conselheiros pediram para ajustar os investimentos mínimos necessários para manter a frota agrícola e industriais, para adequar a realidade de preços e custos atuais. **Encerramento:** Nada mais. Avanhandava, 16/09/2022. Assinaturas: Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 605.203/22-2 em 05/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 23 de dezembro de 2022

Aos 23/12/2022 às 10:00 hs, na sede social da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Mesa: Ricardo Martins Junqueira**, Presidente; **Renata Sodré Viana Egreja Junqueira**, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia:** Aprovada a celebração de contrato de operação de crédito realizada junto ao Banco Santander S/A na modalidade Pré Pagamento de Exportação ("PPE") no valor de US$ 2.901.353,97, equivalentes nesta data a R$ 15.000.000,00, com garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de exportação de açúcar VHP, e Aval da Sra. Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, em uma única operação e eventuais aditamentos. Ficam, ainda, expressamente ratificados todos os atos já praticados junto à referida instituição financeira até a presente data. Nada mais. aa) Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. JUCESP nº 42.661/23-7 em 24/01/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

datamercantil.com.br

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,2915 / R$ 5,2921 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,2470 / R$ 5,2490 *
Turismo - R$ 5,3600 / R$ 5,4560
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,73%
OURO BM&F
R$ 329,60

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,92%
Pontos: 98.829
Volume financeiro: R$ 20,378 bilhões
Maiores altas: BRF SA ON (11,35%), (YDUQS Participações ON 10,38%), HAPVIDA ON (8,70%)
Maiores baixas: (-8,87%), Locaweb ON (-8,02%), Assaí ON Números do mercado financeiro(-1,97%)
S&P 500 (Nova York): 0,56%
Dow Jones (Nova York): 0,41%
Nasdaq (Nova York): 0,31%
CAC 40 (Paris): -1,74%
Dax 30 (Frankfurt): -1,66%
Financial 100 (Londres): -1,26%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,13%
Hang Seng (Hong Kong): -0,67%
Shanghai Composite (Xangai): -0,64%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,3%
Merval (Buenos Aires): -2,51%
IPC (México): -0,11%

MMM Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 09.474.872/0001-66

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021

Balanços Patrimoniais

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Ativo circulante	**939.818**	**396.010**	**Passivo circulante**	**26.456**	**20.393**
Caixa e equivalente de caixa	1.518	394.564	Tributos a pagar	26.456	20.393
Tributos a compensar	415	1.244	**Passivo não circulante**	**2.072.437**	**2.072.437**
Adiantamento a terceiros	85	201	Outras contas a pagar	2.072.437	2.072.437
Empréstimos a terceiros	937.800	-	**Patrimônio líquido**	**11.351.715**	**9.972.715**
Ativo não circulante	**12.510.790**	**11.669.536**	Capital social	1.281.877	1.281.877
Investimentos	12.510.790	11.669.536	Reservas	430.552	430.552
			Dividendos adicionais	8.260.285	6.213.541
			Lucros acumulados	-	853.911
			Lucro do exercício	1.379.000	1.192.834
Total do ativo	**13.450.608**	**12.065.545**	**Total do passivo e patrimônio líq.**	**13.450.608**	**12.065.545**

Demonstração dos Resultados

Operações continuadas	2022	2021
Despesas operacionais	**(78.739)**	**(117.822)**
Despesas gerais	(77.456)	(114.602)
Despesas fiscais	(1.167)	(3.221)
Despesas indedutivéis	(116)	-
Result. com equivalência	**841.254**	**941.424**
Equivalência patrimonial	841.254	941.424
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**762.515**	**823.602**
Resultado financeiro	**890.404**	**554.493**
Despesas financeiras	(170)	(71)
Receitas financeiras	21.621	7.860
Outras receitas	868.953	546.703
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**1.652.919**	**1.378.095**
IRPJ e CSLL	**(273.919)**	**(163.812)**
IRPJ	(195.058)	(114.099)
CSLL	(78.861)	(49.714)
Lucro do exercício	**1.379.000**	**1.214.283**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de lucros	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	**1.281.877**	**430.552**	**6.213.541**	**2.046.745**	**9.972.715**
Lucro do exercício	-	-	-	1.379.000	1.379.000
Saldos em 31/12/2022	**1.281.877**	**430.552**	**6.213.541**	**3.425.745**	**11.351.715**

Diretoria: **Armando Veríssimo -** Sócio | **Eduardo Qualio Ferreira Camargo -** Contador - CRC nº 1-SP-223986/O-4

Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.

CNPJ nº 61.376.737/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo	NE	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.693	3.815
Contas a receber	5	323	60
Estoques	6	61	61
Tributos a recuperar	7	265	425
Outros créditos		3	7
		3.345	**4.368**
Não circulante			
Depósitos judiciais		49	49
Imobilizado		-	1
Outros créditos		6	6
		55	**56**
Total do ativo		**3.400**	**4.424**

Passivo e patrimônio líquido	NE	2020	2019
Circulante			
Contas a pagar	8	91	58
Obrigações tributárias e trabalhistas	10	51	65
Dividendos a pagar		4	4
		284	**127**
Não circulante			
Partes relacionadas	11	138	138
Provisão para demandas judiciais	12	87	87
		87	**225**
Patrimônio líquido	13		
Capital social		3.276	3.276
Reserva de lucros		-	796
Prejuízos acumulados		-	-
		3.276	**4.072**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.400**	**4.424**

Demonstrações dos resultados

	NE	2020	2019
Receita operacional líquida	14	87	370
Custo de locação	15	(45)	(22)
Lucro bruto		**42**	**348**
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas	16	(878)	(703)
Outras receitas		3	1
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(833)**	**(354)**
Despesas financeiras	17	(11)	(5)
Receitas financeiras	17	78	221
Resultado financeiro líquido		**67**	**216**
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**(766)**	**(138)**
IRPJ	18	(18)	(18)
CSLL	18	(10)	(11)
Prejuízo do exercício		**(794)**	**(167)**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2020	2019
	(794)	**648**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(794)**	**648**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2020	2019
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais	**(794)**	**(167)**
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	26	-
Depreciação e amortização	1	-
	(767)	**(167)**
(Aumento)/diminuição nos ativos operacionais		
Contas a receber	(263)	(60)
Tributos a recuperar	160	(55)
Outros créditos	4	(1)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	33	58
Obrigações tributárias e trabalhistas	(14)	25
Caixa líquido proveniente/(consumido) nas atividades operacionais	**(847)**	**(200)**
Distribuição de lucros	(275)	-
Caixa líquido proveniente/(consumido) nas atividades de financiamentos	**(275)**	**-**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(1.122)**	**(200)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.815	4.015
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.693	3.815
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(1.122)**	**(200)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	**3.276**	**399**	**655**	**(91)**	**4.239**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(167)	**(167)**
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	(258)	258	**-**
Saldos em 31/12/2019	**3.276**	**399**	**397**	**-**	**4.072**
Distribuição de lucros	-	-	(275)	-	**(275)**
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas		-	26	-	**26**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(794)	**(794)**
Absorção de prejuízos com reservas	-	(399)	(148)	547	**-**
Saldos em 31/12/2020	**3.276**	**-**	**-**	**(247)**	**3.029**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Cia Imobiliária Ibitirama ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto a realização de empreendimentos imobiliários, de obra de engenharia civil, a incorporação de imóveis, construção de edifícios e residências, por conta própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; compra, venda, administração e locação de bens móveis e imóveis próprios; e participação no capital de outras empresas. Entretanto, a sua principal atividade tem sido a realização de empreendimentos imobiliários, a compra e a venda de seu estoque de imóveis, sendo que nos últimos anos a Companhia vendeu a maior parte de seu estoque de imóveis. **2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 e contemplando os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC n° 2016/NBCTG1000(R1). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 14/03/2023. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **(a) Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece os recebíveis, as aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **(c) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras referem-se aos recursos de caixa aplicados em instituições financeiras no Brasil, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Companhia. **(d) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e deduzidas das Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), quando aplicável. A PECLD é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Durante o exercício findo em 31/12/2020, a Companhia não transacionou operações de contas a receber passíveis de ajuste a valor presente. **(e) Estoques:** Representam os ativos para negociação avaliados ao custo médio de aquisição ou de construção, que não excede o valor de mercado. A Companhia avalia em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, a Companhia não estima o seu valor recuperável. **(f) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição, fabricação ou construção, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por desvalorização acumuladas, se houver, incluindo o custo de reposição dos equipamentos, se satisfeitos os critérios de reconhecimento.

Descrição do bem	Taxa (%)
Móveis e Utensílios	10
Instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33
Computadores e periféricos	20
Outros imobilizados	10

O reconhecimento dos itens do imobilizado e de suas eventuais partes significativas reconhecidos inicialmente é baixado quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado quando da baixa do ativo. **(g) Fornecedores:** As contas a pagar fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo contabilizados de acordo com a competência e segregados entre passivo circulante e não circulante, de acordo com seu vencimento. **(h) Provisões: a) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **b) Provisões para riscos trabalhistas:** A Companhia não possui riscos trabalhistas com caso provável, por isso não há registro de contingências. **(i) Receita de locação:** As receitas de locação são provenientes de imóveis, reconhecidos na rubrica imóveis a comercializar, que ainda não foram vendidos, mas que estão auferindo receita, conforme Nota Explicativa nº 5, a saber: • Loja Barão de Jaguará - São Paulo - adquirido em julho de 1959 e atualmente alugado para uma pessoa física; e • Edifício Garage Cogeral - São Paulo - adquirida conjuntamente com o item acima em julho de 1959 e atualmente alugado para uma administradora de estacionamentos. **(j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias e juros passivos. **(k) Instrumentos Financeiros: Ativos e passivos financeiros: a) Ativos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa. **(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** É avaliado nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **b) Passivos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo ou como empréstimos e financiamentos. É determinada a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. **(ii) Desconhecimento (Baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **(iii) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(l) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas de prestação de serviços são apresentadas líquidas dos impostos, das devoluções, cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos incidentes sobre elas. As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado abrangente adotado. As despesas Contábeis incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida, os encargos financeiros sobre os impostos e despesas de juros sobre os arrendamentos financeiros, bem como ajustes referentes a descontos financeiros. As receitas Contábeis incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, os descontos em compras obtidos de fornecedores e ajustes referentes a descontos. **(m) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente são calculados pelo regime de lucro presumido considerando a presunção de 32% para a base de IRPJ e CSLL. O IRPJ é cálculo à alíquota de 15% sobre a base presumida, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240.000. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores mantidos como caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	2020	2019
Bancos	12	26
Aplicações financeiras	2.681	3.789
	2.693	**3.815**

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 100% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos com restrição trata-se de recebimentos de valores específicos para projetos financiados.

5. Contas a Receber:	2020	2019
Estacentro Estacionamento	324	62
Outros recebíveis	281	280
PECLD (a)	(282)	(282)
	323	**60**

(a) A avaliação para constituição da PECLD é realizada por cliente, levando-se em consideração as perspectivas futuras de realização dos títulos.

6. Estoques	2020	2019
Garage Cogeral I5	57	57
Loja Edifício Cogeral	4	4
	61	**61**

Os imóveis em 31/12/2020 encontram-se disponíveis para vendas. Até que a vendas dos imóveis sejam realizadas a Companhia irá auferir receita de aluguel.

7. Tributos a recuperar:	2020	2019
IRPJ	106	106
Saldo Negativo de IRPJ – 2019	55	55
Saldo Negativo de IRPJ – 2018	51	51
Saldo Negativo de IRPJ – 2017	19	19
Impostos pagos a maior	34	194
	265	**425**

8. Imobilizado: a. Composição dos ativos:

	Custo	Depr. Acumul.	Líquido 2020	Líquido 2019
Móveis e Utensílios	10	10	-	-
Instalações	1	(1)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	49	(49)	-	-
Computadores e periféricos	54	(54)	-	**1**
Outros	94	(94)	-	-
	208	**(208)**	-	**1**

b. Movimentação do ativo

	Líquido 2019	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido 2020
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-
Instalações	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	**1**	-	-	**(1)**	-
Outros	-	-	-	-	-
	1	-	-	**(1)**	-

9. Contas a pagar:	2020	2019
Pinheiro Neto Advogados	68	51
Fharos Serviços Administrativos	11	4
Cardillo & Prado Rossi Advogados	8	-
Sah Contábil	1	2
Outros	3	1
	91	**58**

10. Obrigações tributárias e trabalhistas:	2020	2019
COFINS a Recolher	1	-
IRRF a Recolher PJ	-	1
IRRF a recolher PF	29	27
CSRF Retido a recolher	2	3
IRPJ a pagar	4	3
CSLL a pagar	7	2
Pró-labore a pagar	-	22
INSS a recolher	8	7
	51	**65**

11. Partes relacionadas: Em 31/12/2020 a Companhia possui o montante de R$ 138 mil, oriundo da redução de capital realizada no exercício de 2012. O valor é devido aos seguintes acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Em reais	2019	2018
Diana Shor malach	137	137
Alex Gliksman Goldstein	1	1
	138	**138**

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Remuneração anual de curto prazo	391	361
	391	**361**

Não há outras operações com partes relacionadas.

12. Provisão para demandas judiciais:

Natureza	2020	2019
Cíveis e tributárias	87	87
	87	**87**

Para as causas discutidas em juízo a Companhia depositou o montante de R$ 49 mil. A Companhia está sujeita a ações de nulidade de certas cláusulas contratuais em alguns contratos de venda de apartamentos. Foram constituídas provisões cíveis para fazer frente a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, além de provisões tributárias. Adicionalmente, o total de causas possíveis de perda cíveis é de R$ 66.732 mil e tributárias é de R$ 274 mil. **13. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social da Companhia é de R$ 3.726.331 (três milhões, setecentos e vinte e seis mil, trezentos e trinta e um reais), dividido em 4.300.000.000 (quatro bilhões e trezentos milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Sócios	Valor Nominal (R$)	%
Acionistas nacionais	2.031	62%
Acionistas estrangeiros	1.245	38%
	3.276	**100%**

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não foi constituída reserva legal no exercício em virtude de já ter sido atingido o limite comentado anteriormente. A Administração durante o exercício findo em 31/12/2020 aprovou a distribuição de R$ 275 por meio da reserva legal. **(b) Remuneração aos acionistas:** São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

14. Receitas Operacionais:	2020	2019
Receita de aluguéis	93	384
Descontos	(3)	-
Impostos sobre locação	(3)	(14)
	87	**370**

15. Custos:	2020	2019
Seguros	(16)	(16)
Custo dos serviços prestados	(29)	-
Manutenção de imóveis	-	(5)
Depreciação	-	(1)
	(45)	(22)

16. Despesas por natureza:	2020	2019
Honorários, Conselho e Diretoria	(391)	(361)
Prestadores de serviços	(136)	(155)
Honorários advocatícios	(21)	(16)
13º Salário	-	(30)
INSS	(78)	(78)
Outras perdas	(184)	-
Outros	(68)	(63)
	(878)	**(703)**

17. Resultado financeiro líquido:	2020	2019
Taxas, juros e comissões bancárias	(11)	(5)
Descontos obtidos	1	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	77	221
	67	**216**

18. IRPJ e CSLL - corrente: O IRPJ (IRPJ) e a CSLL sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício foram calculados conforme o regime de lucro presumido, a partir das receitas provenientes de venda de imóveis, aluguéis de imóveis e aplicações financeiras. O IRPJ é calculado pela alíquota de 15% sobre a base de cálculo presumida do imposto, acrescido de 10%, para a base de cálculo excedente a R$ 60.000,00 no trimestre, e a CSLL calculada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida do imposto.

	2020	2019
IRPJ		
Receita de serviços prestados	93	384
32% sobre receita de serviços prestados	30	123
Outras receitas	81	-
Base de cálculo	111	123
Imposto de Renda (15%)	171	8
Adicional IRPJ	1	0
Encargo do exercício	18	18
CSLL		
Receita de serviços prestados	93	384
32% sobre receita de serviços prestados	30	123
Outras receitas	81	0
Base de cálculo	111	123
CSLL (9%)	10	11
Encargo do exercício	10	11

19. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária. Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por eles, e em consonância com o CPC PME R1 na Seção 21 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Seção 29 Tributos sobre o lucro e na Seção 32 Evento Subsequente, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2020.

Diretoria

Renato Alois Andriani Grinberg - Diretor

Ivan Peder Alois Glucksman - Diretor

Contadora

Jeane Maria Araújo de Souza - CRC nº 1SP308277/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.** em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Ausência de recebimento de circularização de bancos:** Não obtivemos respostas às cartas de circularização enviadas às instituições financeiras que a Companhia tem relacionamento. Consequentemente, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre a totalidade das operações junto às instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2020. **Realização ao valor recuperável do contas a receber e impostos a recuperar:** Até a conclusão dos nossos trabalhos nós não obtivemos documentação apropriada e suficiente que assegure a inexistência de perda de valor recuperável do saldo de contas a receber e impostos a recuperar no montante de R$ 323 mil e R$ 265 mil, respectivamente, assim, ficamos impossibilitados de avaliar a adequação e possibilidade de realização dos referidos ativos. **Limitação de análise sobre o saldo de depósitos judiciais:** Até a conclusão dos nossos exames não tivemos acesso a documentação suporte para teste de existência e exatidão do montante de R$ 49 mil, bem como não pudemos nos satisfazer por meio de outros procedimentos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de avaliar a existência e exatidão do referido saldo na data de 31/12/2020. **Distribuição de lucros através da reserva legal:** Durante o exercício de 2020, a Companhia realizou distribuição de lucros no montante de R$ 275 mil através da reserva legal. A Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76 informa que a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para

continuação ☛

Publicidade Legal

continuação

compensar prejuízos ou aumentar o capital. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A Empresa apresenta em 31/12/2020 prejuízo apurado no montante de R$ 794 mil (2020 – R$ 167 mil). Essa questão indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Empresa. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa e, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que, seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, do exercício findo em 31/12/2019, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por nós, com relatório de auditoria com opinião com ressalva referente à circularização de bancos e advogados, realização dos impostos a recuperar e saldos de clientes, depósitos judiciais e despesas administrativas, datado em 14/03/2023. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14/03/2023.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. CRC 2 SP 015165/0-8 — Andreia Gini de Souza Contador CRC 1 SP 270317/O-9

VERALLIA BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 60.853.942/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	145.336	260.095	Fornecedores	236.979	171.883
Contas a receber	201.536	124.928	Passivos de arrendamentos	2.599	4.090
Estoques	126.934	76.031	Instrumentos financeiros derivativos	1.012	2.658
			Salários, bônus e encargos sociais	36.075	31.517
Tributos a recuperar	26.041	72.443	Tributos a recolher	12.029	11.212
Outros ativos	2.821	2.828	Empréstimos financeiros	18.162	25.695
	502.668	536.325	Outros passivos	80.450	54.293
Ativos não circulante realizável a longo prazo			**Não circulante**		
Tributos a recuperar	29.868	8.573	Emprestimos intra-grupo	191.721	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.653	–	Empréstimos financeiros	–	18.047
Depósitos judiciais e recursais	2.042	1.879	Passivos de arrendamentos	1.844	1.293
	36.563	10.452	Provisões para contingências	51.199	13.384
			Imposto de renda e contribuição social diferido	–	8.158
Ativos direito de uso	3.975	4.466	Total do passivos não circulantes	244.764	40.882
Investimentos	273.839	225.582	**Patrimônio líquido**		
Intangível	2.395	2.802	Capital social	688.590	688.590
Imobilizado	913.828	584.761	Reserva legal	59.094	45.078
	1.194.037	817.611	Reservas de lucros	353.514	288.490
			Total do patrimônio líquido	1.101.198	1.022.158
Total do ativo	1.733.268	1.364.388	**Total do passivo e patrimônio líquido**	1.733.268	1.364.388

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO *(Em milhares de reais)*

	2022	2021		2022	2021
Lucro bruto	467.799	372.317	**Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social**	354.116	357.372
Despesas operacionais					
Com vendas , gerais e administrativas	(88.009)	(86.743)	Imposto de renda e contribuição social	(87.857)	(91.018)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(24.636)	56.744	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.060	(2.560)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	355.154	342.318	**Lucro líquido do exercício**	280.319	263.794
Resultado financeiro			Quotas em circulação no final do exercício (em milhares)	209.460	209.460
Recietas (despesas) financeiras, líquidas	(49.296)	(5.887)	Lucro líquido por quotas do capital social no fim do exercício - R$	1,34	1,26
Equivalência Patrimonial	48.258	20.941			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DEZEMBRO DE 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	**688.590**	**31.888**	**153.386**	**–**	**873.864**
Lucro líquido do exercício				263.794	263.794
Para reserva de lucros			135.104	(135.104)	–
Para reserva legal		13.190		(13.190)	–
Lucros distribuídos:					–
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos				(115.500)	(115.500)
Em 31 de dezembro de 2021	**688.590**	**45.078**	**288.490**	**–**	**1.022.158**
Lucro líquido do exercício				280.320	280.320
Para reserva de lucros			65.024	(65.024)	–
Para reserva legal		14.016		(14.016)	–
Lucros distribuídos:					–
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos				(201.280)	(201.280)
Em 31 de dezembro de 2022	**688.590**	**59.094**	**353.514**	**–**	**1.101.198**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	354.116	357.372	Imposto de renda e contribuição social pagos	(94.979)	(91.172)
Ajustes			**Caixa líquido proveniente das atividades operacionais**	**311.063**	**285.249**
Depreciação e amortização	60.362	52.987			
Depreciação de direito de uso	5.686	4.303	Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Valor residual do ativo permanente baixado	938	1.538	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(390.335)	(143.791)
Resultado de equivalência patrimonial	(48.258)	(20.941)	Venda de ativo imobilizado	292	510
Instrumentos derivativos líquido	(3.007)	2.501	**Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento**	**(390.043)**	**(143.281)**
Outras Provisões	38.823	(1.655)			
	408.660	396.105	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Variação nos Ativos e Passivos			Captação de emprestimos	191.721	–
Contas a receber	(76.595)	(12.735)	Pagamentos empréstimos	(23.844)	(28.300)
Estoques	(47.603)	(17.931)	Pagamentos de arrendamentos mercantil	(2.376)	(2.608)
Impostos a recuperar	25.108	(64.307)	Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(201.280)	(115.500)
Outros ativos	7	(1.586)			
Depósitos judiciais e recursais	(163)	541	Caixa liquido aplicado nas atividades de financiamento	(35.779)	(146.408)
Fornecedores	65.096	59.028			
Salários e encargos sociais	4.558	8.914	**Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa**	**(114.759)**	**(4.440)**
Impostos a recolher	817	(5.271)			
Outros passivos	26.157	13.663	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	260.095	264.535
Caixa gerado pelas operações	**406.042**	**376.421**	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	145.336	260.095

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional: A Companhia tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de embalagens de vidro. **2. Principais Diretrizes Contábeis:** (a) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência e abrange os 12 meses dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. (b) Ativos circulante e não circulante: A provisão para contas de cobrança duvidosa foi efetuada em bases consideradas suficientes para cobertura de eventuais prejuízos na realização dos créditos. Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção ou aos valores de realização quando os mesmos forem inferiores ao custo de reposição. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos monetários auferidos e os ajustes necessários para atualizá-los ao valor presente. (c) Permanente: Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro (quando aplicável), combinado com os seguintes aspectos: • Investimentos em empresa controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial ajustável quando aplicável. • Depreciação do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas , que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens conforme determinação da nova legislação. (d) Passivos circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos e provisões necessárias. **3. Patrimônio Líquido:** Capital social: O Capital social subscrito e integralizado está dividido em 209.460.245 ações ordinárias, sem valor nominal. **4. Seguros:** A Companhia possui apólices de seguro de riscos globais que, em face da descentralização das instalações industriais, é suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e de responsabilidade civil.

DIRETORIA

Quintin Testa Dominguez — **Marlene Ayako Miwa** — **José Augusto Barreto**

CONTADOR

José Augusto Barreto - CRC RS 047826/0

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Dólar cai 0,74%, a R$ 5,2511, com fluxo estrangeiro para Bolsa

O dólar à vista caiu 0,74% em relação ao real na sexta-feira, 24, a R$ 5,2511, devolvendo parte da alta de 1,01% observada na véspera. Com o resultado, zerou os ganhos da semana e encerrou a sessão em baixa de 0,36% na comparação com a sexta-feira passada. Operadores atribuem o movimento a um fluxo atípico – e pontual – de capital para a Bolsa, devido ao nível descontado das ações brasileiras.

Não à toa, a divisa americana atingiu a máxima de R$ 5,3413 (+0,97%) às 9h42 – antes da abertura da Bolsa – e migrou para o terreno negativo no fim da manhã, à medida que ao Ibovespa acelerava o ritmo de ganhos. Às 14h18, caiu abaixo de R$ 5,24, na mínima de R$ 5,2395 (-0,95%), enquanto a principal referência da B3 consolidava alta acima de 1,0% e se aproximava das máximas do dia.

"Parece que teve um fluxo grande de entrada de dólares aqui. Contra fluxo, não tem argumentos", resume o operador de câmbio da Fair Corretora Hideaki Iha. "Quando a Bolsa fica abaixo dos 100 mil pontos, aparecem oportunidades, o mercado funciona desta forma. E, como o dólar subiu bastante esta semana, teve uma realização. No nível em que estava, não tinha como sair comprando e ganhar dinheiro."

O fluxo pontual levou o real ao melhor desempenho entre seus pares emergentes hoje, em um dia de fortalecimento do dólar no mercado internacional, devido aos temores de desaceleração da economia global – após dados de atividade mais fracos na zona do euro e Reino Unido – e à renovação das preocupações com a saúde do sistema financeiro global, diante das preocupações com a solidez do Deutsche Bank.

O cenário de aversão ao risco levou a quedas dos preços do petróleo, entre 1,0% (WTI) e 1,20% (Brent), e a uma alta de 0,57% do índice DXY, que mede o desempenho do dólar ante uma cesta de rivais fortes. A moeda americana teve ganhos também em relação a pares emergentes do real como o peso chileno (+0,40%), rand sul-africano (+0,35%), apesar de uma queda de 0,62% frente ao peso mexicano.

IstoéDinheiro

Lira diz faltar coerência a Pacheco em MPs de Bolsonaro e Lula e pede sessão do Congresso

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), enviou nesta sexta-feira (24) ofício ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pedindo que seja convocada uma sessão do Congresso Nacional para decidir sobre o impasse das MPs (medidas provisórias).

No ofício, ao qual a Folha teve acesso, Lira afirmou que houve falta de coerência por parte de Pacheco ao definir que as MPs editadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sejam analisadas diretamente pelo plenário da Câmara, enquanto as publicadas por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) serão submetidas a votação em comissões mistas -como ocorria antes da pandemia da Covid-19.

"Com efeito, se o fundamento do Ato de Vossa Excelência é [o] encerramento da ESPIN [Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional] e da calamidade pública, não se mostra coerente aplicar a medidas provisórias posteriores a 22 de maio regimes diversos. É dizer: a transição de governos não é um marco temporal coerente com os fundamentos da decisão", escreveu Lira.

Senadores argumentam que as comissões mistas estão previstas na Constituição e apontam arbitrariedade de Lira na resistência à reinstalação dos colegiados.

O presidente da Câmara disse que causou "espécie" a decisão de Pacheco de retomar as comissões mistas em ato assinado somente pelo presidente do Senado, sem anuência dos deputados.

"Do ponto de vista constitucional, esse procedimento tolheu o direito regimental de deputados e deputadas federais de contraditar a questão de ordem e recorrer da decisão de Vossa Excelência", afirmou.O argumento de Lira é que o ato que determinou que as comissões mistas não seriam instaladas durante a pandemia foi assinado conjuntamente pelas Mesas Diretoras de Câmara e Senado.

O documento também estabelecia que a tramitação diferente das MPs se daria enquanto estivesse em vigor a portaria do Ministério da Saúde que reconhecia a emergência em saúde decorrente da Covid. Cézar Feitosa/Folhapress

Pacheco apresenta projeto de nova Lei do Impeachment; saiba o que muda

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou na sexta-feira (24) um projeto de lei que define a nova Lei do Impeachment. A proposta foi elaborada por uma comissão de juristas, criada pelo próprio Pacheco.

Estabelece o rito do processo de impeachment e atualiza dos tipos de pedidos, além de condutas de agentes (como no caso de magistrados) citados na Constituição, mas não definidas em lei.

Especifica os tipos de crimes de responsabilidade e reforma a legislação atual para "ampliar a segurança jurídica ao acusado e dar mais previsibilidade aos acusadores", explicou Pacheco.

Define que os presidentes da Câmara ou do Senado, competente para cada caso, terão que apreciar a denúncia preliminarmente em 30 dias. Atualmente, a lei não estabelece um prazo para que o pedido seja avaliado pelo Congresso.

Dentro do prazo, o presidente da Casa poderá arquivar ou dar andamento ao processo. Caso não tome nenhuma das duas iniciativas, a solicitação será automaticamente indeferida.

Quem poderá oferecer denúncia por crime de responsabilidade: partidos políticos com representação no Poder Legislativo; a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); entidade de classe ou organização sindical e os cidadãos -desde que apresentem petição que preencha os requisitos previstos.

"Creio que o PL [projeto de lei], o qual replica o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas, servirá como um ponto de partida para que o Senado e a sociedade brasileira possam discutir -com equilíbrio, seriedade e ponderação- a difícil equação entre respeito à soberania popular e reprovação de condutas que atentem contra a Constituição", diz Rodrigo Pacheco, presidente do Senado.

Gabriela Vinhal/Folhapress

Aliados de Tarcísio vencem 'batalha' das CPIs da Alesp após confusão e fila de 3 dias

Após confusão entre deputados da base e de oposição na Assembleia Legislativa de São Paulo, o protocolo de CPIs, feito na manhã de sexta (24), seguiu a ordem da fila de assessores instalada três dias antes nos corredores da Casa, o que privilegiou os parlamentares aliados a Tarcísio de Freitas (Republicanos) e ao presidente André do Prado (PL).Para evitar comissões que desgastem o governo, os deputados de partidos como PL, Republicanos, PP e União Brasil protocolaram requerimentos de CPI de temas diversos como Enel, Lojas Americanas, aumento dos moradores de rua e pirâmides financeiras.

Há também uma CPI para investigar procedimentos médicos prescritos para pacientes trans menores de idade, proposta pelo deputado bolsonarista Gil Diniz (PL).

O PT tinha a intenção de protocolar uma CPI sobre o tiroteio em Paraisópolis ocorrido durante uma agenda de campanha de Tarcísio uma pessoa foi morta.

O deputado Eduardo Suplicy (PT), 81, argumentou que o Estatuto do Idoso lhe daria preferência na fila das CPIs, mas os deputados da direita que estavam nos primeiros lugares não cederam.

As CPIs são instaladas na ordem em que são protocoladas, e só cinco podem funcionar por vez. Na prática, cabem de 15 a 20 CPIs em uma legislatura de quatro anos. Por isso, existe a corrida por um lugar na fila algo que já virou tradição na Alesp.

A oposição, formada pelos partidos de esquerda, como PT, PSOL e PC do B, argumenta que os deputados aliados tiveram informação privilegiada e, portanto, começaram a fila com antecedência. O PT entrou na Justiça para tentar anular a fila.

São necessárias 32 assinaturas de deputados para protocolar uma CPI. As investigações do Legislativo paulista têm prazo de 120 dias e podem ser prorrogadas uma vez, por 60 dias, somando um período máximo de seis meses de duração.O mero protocolo das CPIs, no entanto, não garante seu funcionamento. Carolina Linhares/Folhapress

Fusões & Aquisições

CRM&Bonus compra Becon para trocar SMS por WhatsApp

A CRM& Bonus acaba de fechar a compra da startup catarinense Becon, plataforma de comunicação via chatbot. A aquisição é estratégica para a companhia de giftback, que vai substituir seu atual modelo de mensageria via SMS para a comunicação por WhatsApp – o que pode aumentar a taxa de conversão de venda.

"A taxa de abertura de mensagem o WhastApp é oito vezes maior que a taxa de abertura de SMS", diz Alexandre Zolko, CEO e fundador da CRM&Bonus.

A compradora está pagando R$ 18 milhões pela Becon, numa combinação de ações e caixa. É o quarto M&A da CRM em um ano e meio. A Becon fatura R$ 5 milhões por ano e Zolko avalia que, sob o guarda-chuva de serviços e clientes da CRM, isso pode quadruplicar em 12 meses.O custo do WhastApp é mais alto, mas o maior engajamento compensa, diz Zolko. "O custo do WhatsApp é de 5 centavos de dólar e o SMS são 7 centavos de real. O custo de envio é mais alto, mas ele cobra uma única vez numa janela de conversação de 24 horas, sem limite de caracteres, enquanto no SMS são 160", compara. "Mesmo que o custo seja cerca de 30% mais alto, a gente foco no ROE. Se eu trago mais venda, vale a pena investir um pouco mais." A promessa da CRM&Bonus é ajudar varejistas a aumentar vendas, utilizando as bonificações para engajamento com as marcas, aumento de tíquete médio e da recorrência do consumidor. No modelo atual, a companhia diz que consegue aumentar entre 10% e 15% ao ano esse volume de vendas. A CRM atende 1,7 mil empresas, que somam 30 mil lojas no Brasil, Portugal, México e numa operação incipiente nos Estados Unidos.

"Quando migra a comunicação oficial de uma empresa cliente do SMS para WhatsApp é mais que isso. A gente já tem com alguns bancos e varejistas a conta verificada com a Meta e queremos democratizar isso para mais clientes", diz Zolko. "Em média, 80% dos bônus expiram. Se a gente diminuir isso para 75%, aumentou em 20% a venda gerada por essa ferramenta."

Pipeline Valor

Família Fares, da Marabraz, põe galpões à venda por mais de R$ 2 bi

A família Fares, dona da varejista Marabraz, resolveu transformar parte de seus ativos imobiliários em caixa. Investidores do segmento há anos, os Fares contrataram o Bradesco BBI para assessorá-los na venda de um conjunto de seis galpões logísticos na Grande São Paulo, apurou o Pipeline.

A transação pode superar R$ 2 bilhões, considerando a localização dos imóveis (quanto mais próximo da capital, maior o valor) e área locável, disseram duas fontes. Os galpões têm diferentes inquilinos do varejo, sem concentração na Marabraz.

Os Fares investem principalmente por meio do veículo LP Administradora de Bens. Entre os ativos do portfólio está um complexo logística em Cajamar, galpões em Franco da Rocha, Anhanguera, Barueri e a antiga sede da editora Abril, arrematada em leilão há dois anos.

Assim como no processo de venda de quatro centros de distribuição do Carrefour, o desafio é encontrar fundos capitalizados que não dependam de captação agora – a fonte secou para os FIIs, mas há family offices avaliando esse tipo de ativo.

O Pipeline não conseguiu contato com os Fares por meio das empresas do grupo.

Pipeline Valor

Fusão Credit Suisse-UBS: solução ou agravamento?

Ações concertadas para salvar bancos são uma faca de dois gumes nos mercados financeiros. Por um lado, fornecem segurança e tranquilidade − pelo menos é o que deveriam. Por outro lado, também sinalizam que há um incêndio e que as chamas são perigosas.

A fim de extinguir um incêndio latente em torno do tradicional banco suíço Credit Suisse, as reuniões de crise se sucederam no fim de semana, até finalmente chegar-se a um acordo sobre a aquisição do banco em dificuldades por seu maior rival, o UBS. Preço de compra: cerca de 3 bilhões de francos suíços. Isso põe fim aos temores sobre o futuro do Credit Suisse. Mas a fumaça ainda não se dissipou.

No início de operações da Bolsa de Valores de Frankfurt nesta segunda-feira (20/03), as coisas pioraram acentuadamente. Tal como na semana anterior, as ações do Commerzbank e do Deutsche Bank estão sob forte pressão, com este último perdendo temporariamente quase 10% de valor pela manhã.

O índice Nikkei em Tóquio e outros índices da Ásia já haviam caído anteriormente. Em meados de março, o DAX alemão caiu mais de 4%, na pior semana do mercado de ações desde junho de 2022. Ao longo do dia, o DAX voltou a estar positivo novamente, e as ações dos bancos pelo menos conseguiram limitar suas perdas. O nervosismo era palpável.

Garantia de 200 bilhões de francos

A fusão teve como objetivo evitar mais incertezas nos mercados financeiros. Em maratonas de reuniões no fim de semana, o banco central suíço, o governo e os bancos concordaram com a compra emergencial pelo UBS.

O negócio é garantido por várias medidas: o UBS responde por possíveis perdas de até 5 bilhões de francos suíços; o Estado deu uma garantia de perda de 9 bilhões de francos suíços. O banco central suíço dá garantias de liquidez no valor de até 200 bilhões de francos suíços. DW